

# CONVERGÊNCIA

Junho 2003 Ano XXXVIII nº 363

ISSN 0010-8162



- ◆ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- ◆ A velhice e a espera do Reino de Deus
- ◆ Maria e a Vida Religiosa na perspectiva da antropologia cultural e a psicologia
- ◆ Três dimensões constitutivas da Vida Consagrada, à luz do relato da aparição do Ressuscitado aos discípulos em Jo 21,1-14



CRB

# Sumário

EDITORIAL .....	257
PALAVRA DO PAPA .....	262
INFORME CRB .....	266
ARTIGOS .....	271
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil .....	271
PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA	
A velhice e a espera do Reino de Deus .....	284
JOSÉ COMBLIN	
Maria e a Vida Religiosa na perspectiva da antropologia cultural e a psicologia .....	291
MERCEDES NAVARRO PUERTO, MC	
Três dimensões constitutivas da Vida Consagrada, à luz do relato da aparição do Ressuscitado aos discípulos em Jo 21,1-14 .....	309
ÁLVARO BARREIRO	

*A ilustração da capa da Convergência 2003 é uma cópia da obra EMAÚS - serigrafia, do artista sacro Cláudio Pasto. O quadro chama atenção para a centralidade do seguimento de Jesus na Vida Religiosa e para a celebração do Ano Vocacional.*



## CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB

ISSN 0010-8162

### DIRETORA RESPONSÁVEL:

Ir. Maris Bolzan, SDS

### REDATOR RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12679/78)

### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:  
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

### Conselho Editorial:

Ir. Romi Auth, FSP  
Pe. Francisco Taborda, SJ  
Pe. Jaldemir Vitória, SJ  
Pe. Cleto Caliman, SDB

### DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar  
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 2240-7299  
Fax (21) 2240-4486  
E-mail: crb@crbnacional.org.br

### PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:

LetraCapital Editora  
Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402  
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 2215-3781  
Fax (21) 2224-7071  
E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*

Assinatura  
Anual  
para 2003

Brasil: R\$ 80,00  
Exterior: US\$ 85,00 ou o correspondente em R\$ (Reais)  
Número avulsos: R\$ 8,00 ou US\$ 8.50



# Editorial

## “Pacem in Terris”: Quarenta anos

IR. MARIA CARMELITA DE FREITAS

Ao recordar o quadragésimo aniversário da *Pacem in Terris*, ocorrido em abril deste ano, dizia o Papa João Paulo II: “Nos dias obscuros da guerra fria, a Carta Encíclica *Pacem in Terris*, do Beato Papa João XXIII, tornou-se um farol de esperança para os homens e as mulheres de boa vontade... Hoje, ao celebrarmos o quadragésimo aniversário desta Encíclica, a divisão dos povos em blocos opostos é sobretudo uma recordação dolorosa do passado, mas ainda faltam paz, justiça e estabilidade social em numerosas partes do mundo”.

De fato o aniversário da *Pacem in Terris* (11 de abril) ocorreu precisamente no momento em que o Papa atual e o mundo inteiro acompanhavam com extrema preocupação e ansiedade o desenrolar da guerra no Iraque, um dos conflitos bélicos mais arbitrários e arrasadores acontecidos depois da segunda guerra mundial e da assim chamada “guerra fria”.

Antecedida e acompanhada de massivas mobilizações e manifestações de repúdio e protesto em quase todos os

países do mundo, inclusive nos Estados Unidos, a ação militar no Iraque trouxe à tona, com matizes novos, e talvez mais dramáticos, antigas preocupações com a existência de uma ordem mundial onde prevalece não “o poder da lei”, mas “a lei do poder”. O uso ambíguo e, muitas vezes abusivo, das expressões “guerra santa”, “guerra justa”, “guerra preventiva”, não só no discurso de dirigentes políticos e militares, senão na mídia internacional, nos ambientes políticos, intelectuais e religiosos, bem como na própria opinião pública, jogando com as emoções e os sentimentos cívicos e religiosos das pessoas e nações, despertou surtos de fanatismo, às vezes irracional e, simultaneamente, levantou indignações, causou indignação e protestos veementes. Sobre isso, se pronunciava em recente entrevista o Superior Geral dos Dominicanos, Fr. Carlos Azpiroz: “Creio que a instrumentalização fundamentalista da religião constitui um duplo pecado. O primeiro é o de manipular Deus, criando um ‘deus-lenço’ que usamos quando necessitamos e

que carregamos no bolso para utilizar quando nos serve. O segundo é o do fundamentalismo político e religioso, uma instrumentalização que toca a fibra mais íntima da cada pessoa e, sobretudo, seu amor à pátria”.

Nessa circunstância dramática da humanidade, a consciência cívica e democrática de grandes maiorias sente a urgência de encontrar meios eficazes de traduzir para o concreto das relações entre povos e nações, princípios estabelecidos a partir da ética e do direito, bem como de uma visão cristã da realidade.

Para a consciência cristã católica, a histórica encíclica de João XXIII oferece orientações válidas ainda hoje para buscar situar-se na nova e complexa realidade deste começo de milênio. O monge beneditino Prior de Bose, na Itália, opina que por trás da posição de muitos católicos e católicas que aderiram às mobilizações contra a guerra, está a “*Pacem in Terris*”. Para ele, João XXIII “criou as condições graças às quais o tema da paz chegou a ser um tema central na fé cristã. Quarenta anos de vida da Igreja e de magistério pontifício sobre este tema plasmaram o tecido da comunidade católica”. De fato, os rumos apontados então com extraordinária clarividência pelo Papa, e reiterados de forma atualizada nos pontificados seguintes, tornaram possível que pessoas, grupos e instituições católicas façam hoje do repúdio à guerra e, simultaneamente, do empenho na construção da paz duradoura uma prioridade singular. À luz da dolorosa e dramática experiência dos últimos conflitos bélicos, cresce a atualidade e a verdade

das preocupações de João XXIII expressas na “*Pacem in Terris*”.

Nessa perspectiva, fica evidente a fragilidade e a ambigüidade da “nova ordem mundial paradoxalmente globalizada e fragmentada, incapaz de gerir os conflitos internacionais pelas vias democráticas do diálogo e das negociações multilaterais, mas favorecedora da *lei do mais forte* e das decisões unilaterais injustas ditadas pelos interesses econômicos do poder hegemônico”. Nesse mesmo sentido, ficam evidentes, também, questões não resolvidas que devem ser objeto de novas e aprofundadas reflexões nos vários âmbitos das ciências humanas e inclusive no âmbito da fé e do compromisso cristão.

A primeira delas é a do **desarmamento efetivo**. É preciso insistir em que sejam reafirmados corajosamente os princípios já estabelecidos, como os dos *Tratados de Não Proliferação Nuclear*. É preciso ainda denunciar com audácia e firmeza a sofisticação do aparato militar dos países mais ricos, lembrando que as convenções e instituições internacionais plenamente legítimas, têm que ser válidas para todos e não podem estar a serviço dos interesses das grandes potências. Na *Pacem in Terris*, João XXIII previa as graves conseqüências da corrida armamentista e advertia: “a justiça, a reta razão e o sentido da dignidade humana terminantemente exigem que se pare com essa corrida ao poderio militar”. Enquanto isso não acontecer, “os povos viverão em terror permanente, como sob a ameaça de uma tempestade que pode estourar a cada momento em avassaladora destruição”.

Suas palavras têm uma atualidade que se instaurou no clima bélico que se instaurou nesta virada de milênio.

A segunda questão é a da **guerra justa**. Como entender e aplicar hoje esse conceito, sobretudo frente ao uso do poderio bélico aéreo das grandes potências mundiais? A Conferência Episcopal dos Estados Unidos, no documento "A colheita da justiça semeia-se na paz" (1993), insistiu com firmeza nos princípios dos quais não se pode abrir mão, seja no referente a esta questão fundamental, seja no referente à conduta na guerra. No texto, os Bispos fazem enérgica chamada de atenção lembrando que todos aqueles que têm alguma responsabilidade nas decisões "devem ser cuidadosos para não aplicar a tradição de forma seletiva, simplesmente para justificar suas próprias posições". E acrescentam: "qualquer aplicação da 'guerra justa' depende da disponibilidade de informação exata, que não se obtém com facilidade no contexto de pressão política no qual tais decisões devem ser tomadas".

Como passar da **guerra justa à paz justa**, é outra questão que vai ganhando espaço nas diversas instâncias, movimentos e organizações não governamentais, bem como no âmbito da vida civil em geral. O recente debate com membros da Organização Pax Christi, promovido em Roma pela Comissão USG/UISG para a justiça, a paz e a integridade da Criação, propunha como lema "Ir mais além da teoria da guerra justa, na direção de um paradigma de teologia da paz". Evocando as páginas inspiradas da *Pacem in Terris*, os deba-

teadores insistiram na depuração da linguagem da qual derivam as atitudes. "Passar da expressão 'guerra justa' à expressão 'paz justa' não é só uma mudança de substantivos, senão que implica mudança de idéias, de visão e de práxis. E isso vale também para outras expressões que já são de uso diário e que revelam talvez uma adequação à lógica da violência".

A **desobediência civil** é outra questão que vem ganhando novo alcance nos debates de ordem ética e jurídica, inclusive nos Estados Unidos, bem como na prática da cidadania. O episódio das três religiosas pacifistas norte-americanas, condenadas por sua manifestação de desobediência civil em outubro de 2002 tornou-se, em certo sentido, "paradigmático", em parte devido à grande divulgação que teve na mídia internacional. O jesuíta norte-americano, Coleman lembra que "as grandes questões em jogo aí são a legitimidade e a plausibilidade da desobediência civil, seu caráter profético-denunciatório de situações de injustiça e de abuso de poder, e seu verdadeiro alcance e limites na vida pública de hoje".

Outra questão em foco e que atinge diretamente as Igrejas e os meios acadêmicos cristãos é a de uma **teologia da paz**. Para alguns, nessa área, a teologia precisa recuperar o tempo perdido e abrir espaços amplos de reflexão, debate e de expressão, inclusive, teórica. Num recente seminário ecumênico realizado em Roma, constatou-se o atraso das Igrejas nesta reflexão e se insistiu na urgência de uma teologia da Paz. O documento final do

seminário diz: “a teologia que foi capaz de formular a teoria da guerra justa, está chamada hoje, em virtude da consciência nascida com a mundialização das guerras, a encontrar as palavras para confessar o Evangelho da Paz”. Trata-se, sem dúvida, de uma questão pertinente e desafiadora. É preciso pensar teologicamente a paz nas novas condições econômico-sociais da globalização neoliberal e do acirramento dos conflitos sociais e bélicos, bem como no nível da profecia cristã que se expressa na radicalidade de uma opção não violenta e não agressiva.

Diante destas questões suscitadas pela gravíssima situação mundial deste início de milênio, muitas reações são possíveis. “Sair de uma guerra imoral com um eficaz projeto de paz” pode aparecer pretensioso e utópico. Mas para a fé cristã, a utopia é uma realidade sempre antiga e sempre nova. As palavras inspiradas do *Papa bom* na sua última mensagem ao mundo, ressoam hoje como profecia e testemunho e são um convite a acreditar na potencialidade de paz da mensagem de Jesus, e a apostar na própria humanidade e nos seus anseios profundos de paz.

Convergência quer somar forças com todos aqueles e aquelas que nesta hora grave da humanidade e seguindo as pegadas de João XXIII, ousam sonhar o verdadeiro sonho da Paz, na justiça e na liberdade. Os textos publicados este mês constituem um rico material de reflexão, para estudo e debate nas comunidades.

O discurso do Papa, transcrito na

Revista, lembra a responsabilidade da mídia nas questões da guerra e da paz, e constitui um veemente apelo para que os profissionais desta área se empenhem cada vez mais no cumprimento dos seus deveres para com a sociedade, a serviço do bem comum e da paz mundial.

O texto “Análise de conjuntura”, apresentado na quadragésima primeira Assembléia Geral da CNBB, e de autoria de Pedro Ribeiro de Oliveira, é uma excelente fonte de informação, de estudo e de debate para as comunidades. O texto une a seriedade e objetividade dos dados à percepção crítica e valorativa dos fatos e das circunstâncias, abrindo perspectivas de compromisso não só para o Episcopado, mas para todos os cristãos e cristãs desejosos de seguir Jesus e chegar a ser construtores de paz, numa sociedade justa e solidária.

“A velhice e a espera do Reino”, do Pe. José Comblin é um convite à reflexão sobre a questão difícil do saber envelhecer. Para o autor, a chave da sabedoria está no despojamento de toda ambição de poder e de dominação. Por isso ele aproxima o idoso e a criança. A maneira original e genuinamente evangélica de apresentar o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, usada pelo Pe. Comblin, faz do seu artigo uma verdadeira proposta de vida, não só para as pessoas idosas, mas para todos aqueles e aquelas que acreditam no Reino que Jesus anunciou e fez acontecer na história com sua vida, morte e ressurreição.

Mercedes Navarro Puerto, no seu texto – “Maria e a vida Religiosa na perspectiva da antropologia cultural e da

psicologia"-, apresenta de maneira crítica e questionadora a presença constante de Maria na vida e na história das congregações religiosas, tratando de responder as perguntas pelo porque deste fato. Partindo do dado bíblico sobre Maria, a autora faz uma interessante reflexão de caráter antropológico/psicológico, abrindo interessantes perspectivas para a vivência mariana na Vida Religiosa hoje. Para ela, "Maria não pode continuar sendo utilizada como baluarte que reforça o patriarcado, mas como figura cristã de primeira linha que, pelo seguimento de Jesus e sua adesão ao projeto do Reinado de Deus, com-

promete-se nas transformações estruturais da nossa realidade".

Pe. Álvaro Barreiro, SJ, no seu artigo - "Três dimensões constitutivas da Vida Consagrada à luz do relato da aparição do Ressuscitado aos discípulos, em Jo 21,1-4", apresenta um texto de caráter bíblico-espiritual para ser orado e partilhado nas comunidades. O comentário que o autor faz do relato das aparições é sugestivo e inspirado, muito apto a levar as comunidades religiosas a aprofundar sua fidelidade ao seguimento de Jesus no serviço aos irmãos, fazendo da sua vida e missão um contínuo encontro com o Ressuscitado.

**“a teologia que foi capaz de  
formular a teoria da guerra justa,  
está chamada hoje, em virtude  
da consciência nascida com a  
mundialização das guerras, a encontrar  
as palavras para confessar  
o Evangelho da Paz”**



# Palavra do Papa

## Mensagem do Santo Padre para a celebração do 37º Dia Mundial das Comunicações Sociais

Tema: Os meios de comunicação social a serviço  
da paz autêntica, à luz da “*Pacem in terris*”

1º junho 2003

*Queridos Irmãos e Irmãs*

1. Nos dias obscuros da Guerra Fria, a Carta Encíclica *Pacem in terris*, do Beato Papa João XXIII, tornou-se um farol de esperança para os homens e as mulheres de boa vontade. Declarando que a paz autêntica «não se pode estabelecer nem consolidar senão no pleno respeito da ordem instituída por Deus» (*Pacem in terris*, 1), o Santo Padre indicou a verdade, a justiça, a caridade e a liberdade como os pilares de uma sociedade pacífica (cf. *ibid.*, n. 37).

A manifestação do poder das comunicações sociais modernas constituiu uma parte importante dos pressupostos desta Encíclica. O Papa João XXIII pensava de maneira muito particular nos *mass media*, quando exortou «à

justiça e à imparcialidade» na utilização «das modernas invenções técnicas, tendentes a favorecer um maior conhecimento recíproco entre os povos», oferecidas pela ciência e pela tecnologia; além disso, denunciou «os métodos de informação que, violando a justiça e a verdade, agridem o bom nome de algum povo» (cf. *ibid.*, n. 90).

2. Hoje, ao celebrarmos o 40º aniversário da Encíclica *Pacem in terris*, a divisão dos povos em blocos opostos é, sobretudo, uma recordação dolorosa do passado, mas ainda faltam paz, justiça e estabilidade social em numerosas partes do mundo. O terrorismo e o conflito no Médio Oriente e noutras regiões, as ameaças e as contra-ameaças, a injustiça, a exploração e os ataques contra a dignidade e a santidade da vida

humana, tanto antes como depois do nascimento, constituem algumas das realidades consternadoras do nosso tempo.

Entretanto, o poder que os *mass media* têm, de delinear os relacionamentos humanos e de influenciar a vida política e social, tanto no bem como no mal, aumentou enormemente. Daqui, a oportunidade do tema escolhido para o 37º Dia Mundial das Comunicações: «Os meios de comunicação social a serviço da paz autêntica, à luz da *Pacem in terris*». O mundo e os *mass media* ainda têm muito que aprender da mensagem do Beato Papa João XXIII.

3. *Os mass media e a verdade.* O requisito moral fundamental de toda a comunicação é o respeito pela verdade e o seu serviço. A liberdade de procurar e de dizer a verdade é essencial para a comunicação humana, não apenas no que se refere aos fatos e às informações mas também, e de maneira especial, no que diz respeito à natureza e ao destino da pessoa humana, à sociedade, ao bem comum e ao nosso relacionamento com Deus. Os *mass media* têm uma responsabilidade iniludível neste sentido, uma vez que constituem o foro moderno em que as idéias são compartilhadas e as pessoas podem crescer em compreensão mútua e em solidariedade. Este é motivo pelo qual o Papa João XXIII defendia o direito «à liberdade na pesquisa da verdade e, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum, à liberdade na manifestação e difusão do pensamento» como condições necessárias para a paz social (*Pacem in terris*, 12).

Com efeito, os *mass media* prestam

com freqüência um serviço intrépido à verdade; contudo, às vezes, funcionam como agentes de propaganda e desinformação ao serviço de interesses limitados, de preconceitos nacionais, étnicos, raciais e religiosos, de avidez material e de falsas ideologias de vários gêneros. É imperativo que as pressões exercidas neste sentido sobre os *mass media*, em ordem a levá-los a cometer tais erros, sejam contrastadas, em primeiro lugar, pelos homens e pelas mulheres dos próprios meios de comunicação, mas, também, pela Igreja e pelos outros grupos interessados.

4. *Os mass media e a justiça.* O Beato Papa João XXIII falou com eloqüência, na *Pacem in terris*, sobre o bem humano universal – ou seja, «o bem comum universal» (*Ibid.*, n. 132) – em que cada indivíduo e todos os povos têm o direito de participar.

O alcance mundial dos *mass media* acarreta consigo particulares responsabilidades a este respeito. Enquanto é verdade que os *mass media* pertencem com freqüência a grupos de interesse, particulares e públicos, a própria natureza do seu impacto sobre a vida exige que eles não sirvam para pôr uns grupos contra os outros – por exemplo, em nome da luta de classe, do nacionalismo exacerbado, da supremacia racial, da purificação étnica, e assim por diante. Pôr uns contra os outros em nome da religião é uma falta particularmente grave contra a justiça, da mesma forma que é o tratamento discriminatório das crenças religiosas, dado que estas pertencem à índole mais profunda da dignidade e da liberdade da pessoa humana.

Anunciando com fidelidade os acontecimentos, explicando corretamente as problemáticas e apresentando de maneira imparcial os vários pontos de vista, os *mass media* têm o dever rigoroso de promover a justiça e a solidariedade nos relacionamentos humanos, a todos os níveis da sociedade. Isto não significa atenuar indevidamente as injustiças e as divisões, mas ir até às suas origens, de tal maneira que as mesmas possam ser compreendidas e emendadas.

5. *Os mass media e a liberdade.* A liberdade é uma condição prévia para a paz verdadeira, assim como um dos seus frutos mais preciosos. Os *mass media* servem à liberdade, quando servem à verdade, e impedem a liberdade na medida em que se separam da verdade, difundindo falsidades ou criando um clima de reação emotiva malsã diante dos acontecimentos. Somente se tiverem acesso livre às informações verdadeiras e suficientes, é que as pessoas poderão procurar o bem comum e considerar as autoridades públicas responsáveis.

Se os *mass media* quiserem servir à liberdade, deverão ser eles mesmos livres e utilizar tal liberdade corretamente. A sua condição privilegiada obrigam os *mass media* a elevar-se acima das solitudes meramente comerciais e a servir às verdadeiras necessidades e interesses da sociedade. Embora uma certa regulamentação pública dos *mass media* em relação aos interesses do bem comum seja apropriada, o controle governamental não é oportuno. Os jornalistas e, de modo particular, os comentadores, têm o grave dever de seguir as instâncias da

sua consciência moral, e de resistir às pressões de «adaptar» a verdade para satisfazer às exigências da riqueza ou do poder político.

A nível concreto, devem encontrar-se modos não só de permitir que os setores mais frágeis da sociedade tenham acesso às informações de que precisam para o seu desenvolvimento individual e social, mas, também, de assegurar que eles não sejam excluídos de um papel efetivo e responsável em ordem a decidir os conteúdos mediáticos e a determinar as estruturas e políticas das comunicações sociais.

6. *Os mass media e a caridade.* «A ira do homem não produz a justiça de Deus» (Tg 1, 20). No ápice da Guerra Fria, o Beato Papa João XXIII exprimiu este pensamento, simples mas profundo, sobre o que o caminho para a paz pressupõe: «Isto requer que, em vez do critério de equilíbrio em armamentos, que hoje mantém a paz, se abrace o princípio segundo o qual a verdadeira paz entre os povos não se baseia em tal equilíbrio, mas exclusivamente na confiança mútua» (*Pacem in terris*, 113).

Os meios de comunicação são fatores-chave no mundo contemporâneo e têm um papel muito importante a desempenhar na formação desta confiança. O seu poder é tão grande que, em poucos dias, eles podem criar uma reação pública positiva ou negativa em relação aos acontecimentos, segundo as suas finalidades. As pessoas sensatas compreenderão que este enorme poder exige os mais elevados padrões de compromisso na verdade e na justiça. Neste sentido, os homens e as mulheres

que trabalham nos *mass media* devem contribuir de maneira especial para a paz em todas as partes do mundo, rompendo as barreiras da desconfiança, promovendo a consideração dos pontos de vista dos outros, procurando sempre aproximar os povos e as nações na compreensão e no respeito recíprocos e – para além da compreensão e do respeito – na reconciliação e na misericórdia! «Onde predominam o ódio e a sede de vingança, onde a guerra causa o sofrimento e a morte dos inocentes, é necessária a graça da misericórdia para aplacar as mentes e os corações, e para fazer reinar a paz» (*Homilia no Santuário da Misericórdia Divina em Cracóvia-Lagiewniki [Polônia], 17 de Agosto de 2002, n. 5*).

Embora tudo isto seja um grande desafio, não significa, de modo algum, que é demasiado pedir aos homens e às mulheres dos *mass media* que o enfrentem. Com efeito, por vocação e por pro-

fissão, eles são chamados a tornar-se agentes da verdade, justiça, liberdade e amor, contribuindo com o seu importante trabalho para uma ordem social «fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade» (*Pacem in terris*, 166). Por conseguinte, a minha oração no Dia Mundial das Comunicações deste ano é para que os homens e as mulheres dos *mass media* estejam cada vez mais plenamente à altura do desafio da sua vocação: o serviço ao bem comum universal. O seu cumprimento pessoal e a paz e a felicidade do mundo dependem em grande medida disto. Deus os abençoe com a luz e a coragem.

Vaticano, 24 de janeiro de 2003,  
Festividade de São Francisco de Sales.

*Joannes Paulus II*

“não se pode estabelecer nem consolidar senão no pleno respeito da ordem instituída por Deus”

# Informe CRB

## 1. Palavras da Presidente da CRB na 41ª Assembléia da CNBB

*Senhores Cardeais*

*Senhores Arcebispos*

*Senhores Bispos e outros participantes da Assembléia*

Em nome das Religiosas e Religiosos no Brasil, quero saudar-vos com a mensagem pascal que ainda ressoa em nossos corações: "A paz esteja convosco" (Jo 20,6). Como aos discípulos reunidos para vencer o medo e o vazio do túmulo, a palavra de Jesus nos coloca de pé, na viva esperança do anúncio alegre do Ressuscitado.

Quero agradecer à Presidência da CNBB, Dom Jayme Henrique Chemelo, Dom Marcelo Pinto Carvalheira e Dom Raymundo Damasceno Assis e a todos os Bispos da CEP **pela gratuidade do servir, em atitude de discípulos aprendizes na escola do Mestre e de seu povo.** Foi muito bom tê-los como irmãos e companheiros de jornada, cultivando juntos o sonho, "um outro mundo é possível", pautado na relação fraterna e sororal. Testemunhamos o que experimentamos na comunhão, na

partilha de dons, carismas e ministérios. Tudo isso fortaleceu os vínculos entre nós. Oxalá sejamos agraciadas pela mesma vivência, com os novos eleitos.

Representando a CRB Nacional na qualidade de Presidente, apresento-lhes a saudação carinhosa das Diretorias nacional e regionais, dos Conselhos, das Equipes de Reflexão, das Coordenações e de todas as consagradas e consagrados.

Participar desta vossa Assembléia é um momento especial para toda a Vida Religiosa no Brasil, por ser o espaço em que os Pastores da nossa Igreja se encontram para se animar e se fortalecer na vocação de servidores do Evangelho.

Sinto-me feliz em partilhar com esta Assembléia alguns sinais significativos que, em meio a tantos desafios da atualidade, manifestam a vitalidade de nossa Conferência. Re-aprendemos comunitariamente as lições da solidariedade, da partilha e da comum responsabilidade no serviço de evangelização do povo de Deus, missão de todos os cristãos e cristãs.

Nesta oportunidade, venho reafirmar

o compromisso de envair os melhores esforços para fortalecer as mútuas relações, as alianças e parcerias, nas autonomias e competências das nossas Conferências. Prova desta busca comum, são os passos realizados em conjunto no que se refere às **“mútuas relações”** assumidas na 40ª Assembléia/2002. Refiro-me concretamente à elaboração do documento “Instância de Diálogo”, que serviu como meio para uma maior aproximação e fazer da Igreja um lugar de comunhão na diversidade. Um destaque especial para Dom Marcelo Pinto Carvalheira – Bispo referencial para o diálogo CNBB-CRB Nacional - que tão bem soube facilitar e cultivar o avanço nas relações mútuas. Obrigada, Dom Marcelo. Igualmente agradecemos aos Bispos Referenciais nas Regionais pelo seu empenho.

Serviços comuns em parcerias estão sendo realizados, tais como o Projeto Missionário Timor Leste e, no presente, a questão missionária da Igreja na Amazônia e outras alianças.

Inserida no contexto mundial mais amplo, a Vida Religiosa encontra-se diante de encruzilhadas decisivas, pois o Espírito continua criando a novidade. Ela não pode ignorar as chamadas nem adiar suas respostas. Na sua intuição profética, ela busca identificar, entre luzes e sombras, os sinais do novo. Nesse horizonte nasceu o Projeto Solidário Latino-americano e Caribenho – PRO-SOLAC que resulta da soma de esforços e articulações de vários organismos (CRB, Pastoral da Criança do Brasil, CLAR, CELAM, UNICEF e ABC) que têm como objetivo comum *“a defesa e pro-*

*moção integral da vida”* do nosso povo irmão latino-americano. No espírito da itinerância, equipes missionárias intercongregacionais, sob a responsabilidade primeira da CRB e da Pastoral da Criança, foram enviadas: duas religiosas para a Colômbia e quatro para a Bolívia, com atuação nas Dioceses de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra.

Comunicamos, também, a elaboração do nosso novo programa – PROFOLIDER, que tem por objetivo colaborar com a formação das lideranças congregacionais.

Aproveito para comunicar-vos que estaremos celebrando os **50 anos de fundação da CRB Nacional**. A abertura oficial do ano jubilar, em sintonia com o ano vocacional, será no dia 17/08/2003, e sua culminância na Assembléia Geral, em julho de 2004. Nas Regionais da CRB, essa abertura acontecerá por ocasião de suas Assembléias.

O lema do jubileu: **“testemunho, profecia e esperança”**, ajudar-nos-á no resgate da memória das religiosas e religiosos que doaram suas vidas na simplicidade, no anonimato, na coragem da cotidiana imolação, respondendo aos desafios com audácia evangélica, nas periferias, nos desertos e nas fronteiras. Esta memória alimentará a profecia da VR, “consciência inquieta da Igreja”, para renovar na humanidade, a esperança de que “outro mundo é possível”, para além das nossas diferenças.

A CRB sente-se sensibilizada com a realidade dos Carmelos e, de um modo geral, das Ordens Contemplativas, com o problema de sua manutenção e de sua própria subsistência. Querendo ser fiel ao

apelo dirigido a CRB, passo a ler as palavras do Conselho da Associação São José:

*“Vimos solicitar seu empenho e interesse, no sentido de sensibilizar os Bispos, Sacerdotes e Religiosos, que nos ajudem, dando preferência aos trabalhos que fazemos como: hóstias, terços, círios, escapulários, velas, etc. Assim poderemos fazer frente às despesas do nosso dia a dia, sem necessitar de onerar ou depender dos benfeitores que se fazem mais raros, certamente pelas dificuldades sócio-econômicas que afetam a todos”* (Em carta, 03/04/2003).

Concluindo essas minhas palavras, agradeço ao Divino Salvador, por mais esta oportunidade de experimentar o seu amor pela sua Igreja Povo de Deus, que, em momentos como esse, abre espaço para a realização de suas palavras: “onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles”.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003

Ir. Maris Bolzan, SDS  
Presidente Nacional da CRB

**“Em nome das Religiosas e Religiosos no Brasil, quero saudar-vos com a mensagem pascal que ainda ressoa em nossos corações: “A paz esteja convosco””**

## 2. Mensagem da CNBB para o 1º de maio de 2003

Segue a mensagem da CNBB para o Dia do Trabalhador, 1º de maio, divulgada no dia 30 de abril, durante a entrevista coletiva à imprensa, pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes e pelos bispos Dom Jacyr Francisco Braidó e Dom Décio Zandonade, responsáveis, respectivamente, pelos setores Pastoral Social e Comunicação Social da CNBB.

1. O desemprego de milhões de brasileiros e o conseqüente empobrecimento gradativo da população atingida afligem a sociedade, o governo e a Igreja. Na raiz desta situação está a conjuntura nacional e internacional, marcada pela globalização de perfil neoliberal, que revela um mundo em profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Há duas décadas, ela vem gerando um desemprego enorme de características estruturais, praticamente em todo o mundo.

2. Voltando-nos, em especial, à pessoa do desempregado, na situação brasileira, notamos imediatamente como sua família toda é envolvida em conseqüências negativas graves de instabilidade econômica e empobrecimento. Acrescente-se o sentimento de inconfidência, exclusão e inutilidade na pessoa desempregada. Resulta que a vida familiar muitas vezes entra em cri-

se, quando não desmorona. Dos desempregados, muitos partiram para o trabalho informal. Para outros, ainda empregados, ao diminuírem os postos de trabalho, aumentaram as horas extras. Salários baixos levaram outros a buscar um segundo emprego para completar a renda familiar, sobrecarregando seu horário de trabalho. O aumento da violência e o alto índice de assassinatos entre os jovens certamente têm a ver também com o desemprego, entre outras causas.

3. Frente à crise do desemprego, nesse 1º de maio, nós, bispos da CNBB, reunidos em Assembléia Geral, em Itaipi, município de Indaiatuba-SP, convidamos toda a Igreja, a sociedade, o poder público e os próprios trabalhadores a refletirem sobre o trabalho e a difícil situação dos desempregados. O princípio condutor deve ser a primazia do trabalho sobre o capital.

4. O trabalho ocupa particular centralidade na solução dos problemas sociais. O Papa João Paulo II, na sua Carta Encíclica sobre o trabalho humano, intitulada *Laborem Exercens* (1981), afirma que “o trabalho é uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social”, por isso “assume importância fundamental e decisiva” (n.3).

5. Novas esperanças surgiram com a eleição e a posse dos atuais dirigentes do País, algumas agora já transformadas em projetos sociais de emergência e em propostas de reformas estruturais. Contudo, é importante que a sociedade toda contribua na discussão das políticas públicas e na sua realização. Tudo tem pressa, pois o sofrimento dos pobres urge soluções. Na Bíblia se lê: "O salário, do qual privastes os trabalhadores que ceifaram vossos campos, clama, e os gritos dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor" (Tg 5,4) e as palavras de Jesus: "Tudo o que fizestes a um desses irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes [...] e tudo o que deixastes de fazer a um desses pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer" (Mt 25,40 e 45).

6. Neste contexto e a partir do programa "Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome", de 2002, da CNBB, saudamos e apoiamos o programa "Fome Zero" e a manifesta vontade do novo governo de avançar nas reformas sociais.

7. Sugerimos, ainda, o que segue. Criar empregos, repartindo melhor o trabalho existente. Na medida do possível, eliminar as horas extras e a sobrecarga de trabalho. Aumentar progressivamente o salário mínimo. Favorecer o surgimento de pequenas empresas para aumentar os postos de trabalho. Im-

plantar e expandir formas de micro crédito popular. Realizar com urgência as reformas previdenciária, tributária e agrária, esta acompanhada de uma adequada política agrícola. Introduzir e ampliar formas de renda mínima para todos os brasileiros. Multiplicar serviços de apoio aos desempregados, através de parcerias entre o governo e organizações da sociedade. Dar atenção especial às mulheres trabalhadoras, que sustentam suas famílias com seu trabalho não suficientemente reconhecido, amparado e remunerado. Ir ao encontro dos jovens pobres e excluídos das periferias, oferecendo-lhes escola, qualificação profissional, lazer, cultura, valores éticos, espirituais e religiosos, bem como perspectivas concretas de trabalho. Implantar programas de Primeiro Emprego. Promover um sistema sócio-econômico mais solidário, que inclua melhor e promova as iniciativas de associações, cooperativas, sistemas financeiros alternativos e atividades semelhantes.

8. A todos os trabalhadores e trabalhadoras, tanto da cidade como do campo, em especial aos desempregados, e aos idosos, muitas vezes com aposentadoria insuficiente, a nossa especial e carinhosa bênção. Por intercessão de Nossa Senhora Aparecida e de São José Operário, Deus os proteja e conforte!

1º de maio de 2003  
Dia Mundial do Trabalho



# Artigos

## Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

### 41ª Assembléia Geral

Itaici – Indaiatuba – SP, 30 de abril a 09 de maio de 2003

PEDRO A. RIBEIRO DE OLIVEIRA

#### Apresentação

A *Análise de conjuntura* tem por finalidade oferecer ao Episcopado católico do Brasil uma visão dos fatos políticos ocorridos desde a última Assembléia Geral, focalizando os mais relevantes para sua ação evangelizadora em diálogo com a Sociedade e a partir da evangélica opção preferencial pelos pobres. A presente *Análise* tem a peculiaridade de ser apresentada na véspera da visita do Presidente da República à Assembléia da CNBB, o que inevitavelmente lhe confere o caráter de preâmbulo a esse importante diálogo. Vale realçar, mais uma vez, que este não é um documento da CNBB, mas a contribuição de uma equipe de assessores, tendo em vista subsidiar os Bispos em sua reflexão e suas orientações pastorais.

Esta *Análise* tem dois grandes focos: a situação mundial após o ata-

que militar dos EUA ao Iraque, com ênfase na nova conjuntura da América Latina e o papel de liderança do Brasil, e as tensões estruturais na sociedade brasileira após as eleições de 2002. Esta segunda parte ganha especial importância, pois este é o momento em que o Brasil começa a debater seu Plano Plurianual de desenvolvimento para 2004-2007, enquanto a Igreja Católica prepara as Diretrizes Gerais para sua Ação Evangelizadora para o mesmo quadriênio.

#### I. O Contexto mundial de unipolaridade militar

##### *A guerra contra o Iraque*

A invasão do Iraque e a destituição de Saddam Hussein representa um dramático e grave recuo no equilíbrio (já tão frágil e injusto) das relações internacionais, confirmando o pode-

rio militar dos EUA. Essa guerra é a negação de 50 anos de esforços diplomáticos para construir relações mais estáveis entre os povos. Esta foi a terceira guerra (ou o terceiro episódio duma só guerra) do presidente Bush em dois anos: na Palestina, no Afeganistão e agora no Iraque. Bush marginalizou e humilhou a ONU. Não podendo alegar “legítima defesa” nem “ultimo recurso”, a guerra foi ilegítima e imoral, contrariando a opinião pública mundial, que nunca foi tão unânime para se opor à guerra e pedir a paz.

Podemos apontar, como suas conseqüências:

- As vítimas: pessoas inocentes – soldados sem defesa ou civis – feridas, amputadas, mortas, famílias chorando os pais ou os filhos, ou que perderam tudo. O país está arruinado.
- A generalização da “lei do mais forte”: a doutrina da “guerra preventiva” leva à lógica do conflito potencial contra muitos ou todos, sendo o terrorismo apenas pretexto para a dominação mundial.
- Tempos de incerteza e insegurança: o desprezo pelo direito internacional leva a uma desestabilização do frágil equilíbrio mundial, dificultando projetos de paz, a luta contra a miséria, o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.
- Uma guerra global: A militarização está a serviço do domínio econômico. Os EUA, que já controlam em grande parte as principais institui-

ções internacionais econômicas e financeiras (OMC, FMI e Banco Mundial), tentarão forçar acordos de ‘livre comércio’ regionais que lhes sejam favoráveis (ALCA).

- Tensões crescentes entre o mundo ocidental e o mundo árabe-muçulmano: a tensão é antiga, pois os Árabes e muçulmanos se sentem humilhados pelo Ocidente ‘cristão’, principal sustentáculo da guerra de Israel contra o povo palestino.
- Maior desestabilização do Oriente Médio: a região já instável, está agora mais exposta aos conflitos e guerras. As perspectivas de paz entre Israel e a Palestina desaparecem do horizonte.
- Aumento dos sofrimentos dos mais pobres: os orçamentos militares vão aumentar, consumindo os investimentos produtivos, que deveriam ser utilizados para a superação da pobreza.

### ***A Mídia: instrumento de paz, ou de guerra?***

A guerra deixa amargura e desilusão, levando à revolta, à vingança, ou ao desânimo. As estratégias da paz e da vida para todos devem ser outras. Muitas vozes já se fazem ouvir em favor da paz, da justiça e da solidariedade. O adversário ameaça, mostra suas armas, grita que é o mais forte, cria um clima de medo e terror. Fundamenta sua estratégia na mentira. Os artesãos da paz constroem os caminhos da não violência ativa: denunciam as mentiras e propagandas falsas e se juntam com todos os homens

e mulheres de boa vontade com a convivência que outro mundo é possível.

Aqui deveria ser fundamental o apoio da imprensa como um órgão prestador de serviço para a sociedade. Mas grande parte da Mídia, fugindo ao dever de imparcialidade, omitiu informação e distorceu deliberadamente as notícias. Assistimos a uma cobertura ideológica, com a exibição bélica dos mais sofisticados aparatos de guerra reforçando a propaganda militar dos EUA. Foi como uma cobertura oficial, dada a partir do centro de imprensa armado pelo Pentágono no Kuwait. Fertilizantes descobertos próximo a Karbala, por um dia viraram gás mostarda, enquanto as armas de destruição em massa, pretexto para a invasão, foram esquecidas.

Enquanto as TVs norte-americanas tentavam mostrar um conflito com o mínimo de imagens sangrentas<sup>1</sup>, a Al-jazira dava ênfase à tragédia das vítimas civis. Para Bush, não contavam as debilitadas forças armadas iraquianas, mas a opinião pública interna, para a qual era preciso passar a imagem de legitimidade da guerra. Por sua vez, o regime de Saddam Hussein buscava sensibilizar o mundo com imagens de civis, alterando fotos para tornar a guerra ainda mais dramática. Isso não tira o heroísmo de jornalistas, que, buscando oferecer as melhores imagens, terminaram por perder a vida (ao todo, 12 jornalistas foram mortos).

<sup>1</sup> As sirenes alertando para um ataque e as explosões de bombas, transmitidas ao vivo, pareciam ser efeitos especiais, embora atingindo locais públicos e causando mortes e mutilações.

Por outro lado, a imprensa mundial globalizou o sentimento de indignação que levou milhões de pessoas às ruas, nos cinco continentes. Menos de três horas depois de os primeiros mísseis atingirem Bagdá, na “madrugada da vergonha” uma onda de protestos começou na Ásia e na Austrália e rapidamente alcançou o Oriente médio, a Europa e as Américas. As mensagens do Papa tiveram grande repercussão na Mídia, principalmente o discurso na Praça São Pedro, às vésperas do bombardeio “Eu pertenço àquela geração que viveu a segunda Guerra Mundial e sobreviveu. Tenho o dever de dizer a todos os jovens, àqueles mais jovens do que eu, que não tiveram esta experiência: Nunca mais a Guerra”.

### *Reações à unipolaridade na América Latina*

O posicionamento firme, público e corajoso do Presidente Lula a favor da paz, contra a guerra ao Iraque e pelo respeito das decisões da ONU, influenciou o posicionamento independente da AL, respaldando a posição do México e Chile, membros do Conselho de Segurança, que se opuseram à guerra. O Brasil está costurando alianças na América Latina, e exercendo um papel de liderança que não é de oposição aos EUA, mas de independência. Lembremos alguns fatos:

- A viagem de Lula ao Equador, para a posse do presidente Gutierrez, foi

a oportunidade para criar o 'Grupo dos Amigos da Venezuela'. O Brasil atuou como mediador para superar a greve que durante 113 dias paralisou o país. O 'grupo de amigos' não deixou assim o campo livre aos EUA apoiar a oposição por meio da OEA.

- O governo descartou a demanda do presidente Uribe, da Colômbia, de denunciar as FARC's como grupo terrorista, e assim apoiar o plano militar dos EUA na Região Andina. Isso lhe permitirá atuar como mediador de paz no país, quando necessário.
- A nomeação para Londres do embaixador José Maurício Bustani, que, por pressões estadunidenses, fora destituído da secretaria geral da Organização para a Proscrição de Armas Químicas, por favorecer o ingresso do Iraque na Organização.
- Em Davos, Lula repetiu aos 'dirigentes' do mundo o que tinha dito no III Fórum Social Mundial: o crescimento econômico deve estar a serviço do desenvolvimento social.
- Ao abster-se de votar sobre a inspeção dos Direitos Humanos em Cuba, o Brasil não respaldou Cuba, mas tampouco deixou de protestar contra o abandono dos presos políticos na Base de Guantanamo.
- A determinação (ainda a ser confirmada) de retirar do Congresso o projeto de concessão aos EUA da base de lançamento de Alcântara. Gesto importante, estratégica e simbolicamente, porque afirma a soberania nacional, ameaçada nos

planos geopolítico (base de Alcântara), econômico (ALCA) e financeiro (dívida externa).

Assim, no campo da política externa, o Governo tem mostrado sua determinação de promover mudanças, cumprindo o que foi dito no discurso de posse: o Brasil deve estabelecer relações mais cordiais com os países da América Latina, e reencontrar seu papel de liderança na integração da região.

### ***A Questão da ALCA***

Talvez seja no sensível campo das negociações comerciais, que o governo Lula esteja deixando mais claramente a marca da mudança. O Brasil continuará participando das negociações para a implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), entre outros motivos porque, juntamente com os EUA, ele preside esse processo e seria um erro diplomático abandonar o cargo. A mudança reside numa série de medidas aparentemente pequenas, mas de impacto na defesa da soberania nacional.

- O governo prioriza o fortalecimento do Mercosul e a aliança com outros países latino-americanos, superando ressentimentos de países vizinhos que se sentiam menosprezados. Assim, reforça a posição do bloco tanto frente à ALCA como frente à União Européia.
- A rearticulação do Mercosul para atuar como um só bloco nas negociações da ALCA revitaliza o organismo, moribundo desde 1999. A tarefa é delicada, pois os EUA que-

rem controlar toda a região e preferem negociações bilaterais.

- A nomeação do Embaixador Samuel Guimarães, para a Secretaria Geral do Itamaraty, é uma decisão muito significativa, pois ele havia sido demitido pelo ministro anterior, por ter expressado em público críticas contundentes à ALCA.
- Diante de temas estratégicos, delicados e abrangentes, os negociadores brasileiros propõem sua discussão no âmbito da Organização Mundial do Comércio, onde são maiores as possibilidades de aliança, com países de peso como a China, Índia, Rússia e África do Sul.
- O Brasil não apresentou propostas nos setores de agricultura, compras governamentais e serviços, e conseguiu que os outros países do Mercosul fizessem o mesmo. Foram assim defendidos os seus instrumentos de desenvolvimento econômico.

Enfim, cresce na sociedade a consciência da necessidade de um grande debate sobre a ALCA, para fortalecer as posições brasileiras, sinalizando que propostas prejudiciais ao Brasil não seriam aceitas.

## II. O Brasil após as eleições presidenciais de 2002

### *Antecedentes históricos*

Uma visão histórica da estrutura

social brasileira pode ajudar a apreendermos a real dimensão dos resultados das eleições de 2002. As categorias paradigmáticas do binômio *casa grande / senzala*, criadas por Gilberto Freyre e utilizadas por Pe. Fernando Ávila numa de suas *Análises de Conjuntura*, ainda são úteis para explicar a gênese e a estrutura da ordem social brasileira até hoje vigente.

Portugal criou aqui uma classe de proprietários de terra e escravos, capaz de comandar a produção de mercadorias (açúcar, ouro, café e outras) e servir ao comércio com a metrópole. Para compor a força de trabalho, os povos indígenas foram desestruturados enquanto nações, e incorporados, enquanto indivíduos, ao estrato inferior de sociedade, muitos deles escravizados. Os africanos, todos escravizados, sofreram um processo ainda mais forte de desestruturação política, social, familiar e cultural. Formou-se, então, uma sociedade onde uma **elite** submete a enorme **massa** de indivíduos que, mesmo quando livres, foram destituídos de meios de subsistência e dos direitos de cidadania. Em pelo menos 4 momentos cruciais de nossa formação econômico-social a elite jogou politicamente contra a mudança:

- 1822: a Independência política não muda a distribuição da terra nem abole a escravatura<sup>2</sup>;

<sup>2</sup> A exceção foi a colonização européia no Sul, quando foram distribuídas terras a colonos alemães e italianos, criando um moderno sistema de produção agrícola.

- 1850: a Lei de Terras<sup>3</sup> substituiu a doação de sesmarias pelo regime da compra de glebas;
- 1888: a Lei *Áurea* abole o trabalho escravo mas não redistribuiu a terra<sup>4</sup>;
- 1930: a Revolução só altera o regime de trabalho urbano<sup>5</sup>.

A estratégia da elite tem sido de evitar que a *massa* venha a se tornar um *povo*, no sentido de cidadãos em igualdade de direitos e deveres. As reações e revoltas em favor de uma cidadania nacional, foram sempre frustradas pela implacável repressão.

As eleições de 2002 marcam um novo momento de anseio por mudanças estruturais. Mais que uma vitória da Oposição, elas representam o desembocar de um processo histórico que vem desde os anos 1950, propondo a democratização do País, a redu-

ção das desigualdades sociais e regionais, a eliminação da fome e do analfabetismo, enfim, uma sociedade mais justa, desenvolvida e democrática, com um nacionalismo sem xenofobia que bem se expressa no surto cultural da época. O golpe de 1964 abortou aquele movimento, resgatando apenas sua dimensão desenvolvimentista. As sementes, contudo, estavam num chão fértil e criaram raízes na sociedade, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, Associações de Moradores, núcleos de movimentos sindicais, variados Movimentos Sociais e nas organizações que mais tarde adotaram a sigla ONGs. Ali se deu a *kenosis* popular do movimento oriundo de grandes pensadores nacionais<sup>6</sup>, criando raízes nas camadas socialmente desfavorecidas<sup>7</sup>.

No final do Regime de Segurança

<sup>3</sup> A Lei de Terras reconheceu os direitos das sesmarias preexistentes, registrados nas Paróquias e Comarcas do interior e preceituou o critério da compra e venda como meio para obtenção de novos direitos de propriedade, além - evidentemente - da herança.

<sup>4</sup> Surgem relações de trabalho profundamente dependentes de relações pessoais e patrimoniais, como sejam a "moradia", a parceria e o colonato no mundo rural, e os múltiplos arranjos dos serviços pessoais, auto-ocupações, trabalho doméstico, "agregados" etc. No mundo urbano, essas relações se reproduzem, adaptativamente, nas franjas das relações de mercado.

<sup>5</sup> O processo de Consolidação das Leis do Trabalho tem início em 1941, com Vargas. Mas dirigidas ao mundo urbano e a categorias estratégicas da economia de então. Esse processo sócio-político, que acompanha em ritmo retardado a incorporação da força de trabalho às atividades industriais e urbanas, terá atingido seu ponto máximo (algo como 60% da PEA) no final dos anos 1970 ou início dos anos 80, quando se exaure o modelo de crescimento industrial do pós-guerra. Desde então, passados 20 anos de quase estagnação econômica, somente têm crescido o setor informal do mundo do trabalho e suas formas precárias de relação de trabalho, e o desemprego aberto ou disfarçado.

<sup>6</sup> Basta citar Josué de Castro, Celso Furtado, D. Helder Câmara, Juscelino Kubitschek, Werneck Sodré, Alceu de Amoroso Lima, Luiz Carlos Prestes, Raimundo Faoro, Caio Prado Jr., entre outros.

<sup>7</sup> Podem-se distinguir 3 etapas nesse processo:

- Nas décadas de 1940 e 50, o movimento popular vem embutido na aliança populista de Vargas.
- Nas décadas de 1960 a 80, consolidam-se os movimentos sociais com reivindicações contra a carestia, pela Reforma Agrária, por melhores condições de infra-estrutura, por melhores salários e condições de trabalho, e em defesa dos Direitos Humanos. Esse florescimento recebe o apoio da Igreja Católica e alia-se à reação da sociedade contra a ditadura militar.

Nacional aquele movimento forçou a Campanha das Diretas e, logo depois, a grande mobilização social para a elaboração da Constituição *cidadã* de 1988. Apesar de muitas ambigüidades, aquela Constituição lançou os alicerces para a construção da cidadania nacional em novas bases, parecendo realizar o sonho democrático dos anos 1960 pela *universalização* dos Direitos Sociais<sup>8</sup>. Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, porém, imprimiram outro rumo político ao País, buscando a integração do Brasil no mundo *globalizado* conforme o preceito neoliberal. Foi então que as lutas por cidadania desdobraram-se em duas vertentes: a primeira enfatizando o político, a outra insistindo no social e incorporando elementos até então pouco presentes, como o confronto entre as dívidas sociais e a dívida financeira, questões étnicas, de gênero e culturais, tornando-se mais aberto e pluralista. O Fórum Social Mundial figura como momento emblemático dessa visão mais abrangente, ao anunciar *Outro Mundo é Possível*.

Não se trata, evidentemente, de

aplicar hoje um projeto de 50 anos atrás, mas de retomar as grandes intuições do passado como inspiração para a construção de uma autêntica nação brasileira, capaz de incluir na sua Cidadania as diversas nações indígenas, em vez de dissolvê-las na massa popular. Superar assim a antiga estrutura social na qual os herdeiros da *casa-grande* (agora modernizada) conduzem a massa popular oriunda das *senzalas* (hoje nas favelas e periferias urbanas), e constitua um povo no qual todos sejam sujeitos de direitos e deveres.

A grande festa nacional no dia da posse de Luís Inácio Lula da Silva, bem como sua repercussão mundial, expressaram a esperança na concretização daquele antigo projeto. Os primeiros 100 dias de governo, contudo, mostram que as resistências estruturais são bem maiores do que imaginavam os 52,7 milhões de eleitores que o conduziram à Presidência da República. A análise dessas tensões entre o desejo nacional por mudanças e as resistências estruturais, pode abrir pistas sobre as reais possibilidades da concretização daquele

c. Na década de 1990 os movimentos sociais enfrentam uma forte crise, devido ao modelo neoliberal do Estado, que faz políticas compensatórias para fugir das responsabilidades sociais. O confronto com instâncias governamentais – em nível municipal, estadual ou federal – cede lugar a tentativas de cooptação da organização e das bandeiras do movimento social, fazendo que este se preste a substituir órgãos governamentais em tarefas de assistência. Sua resistência, contudo, ficou clara com a vitória eleitoral de 2002.

<sup>8</sup> Inscrevem-se na Constituição de 1988 Direitos como a demarcação das terras indígenas e de quilombos, o controle social de políticas públicas, a função social da propriedade e a universalização da assistência e previdência social. Aí reside o cerne do atual debate entre *focalização* e *universalização* dos serviços de saúde, previdência, educação, e outros da área social, pois a orientação neoliberal atribui ao mercado o atendimento “normal” das necessidades sociais, enquanto ao Estado caberia apenas o atendimento assistencial dos setores mais pobres.

projeto e a contribuição da sociedade civil e da Igreja Católica nesse processo.

### ***Focos de tensão nas decisões políticas***

Desde que se firmou como candidato com reais possibilidades de vitória, Lula viu seu projeto de governo ameaçado pela especulação financeira. Os capitais fugiram, o real perdeu seu valor cambial, a bolsa afundou, o risco-país estourou. A resposta veio em forma de carta ao povo brasileiro, onde Lula expressava o desejo de mudança, mas prometia também estabilidade cambial, luta contra a inflação, controle do déficit público com superávit primário, apoio às exportações, respeito aos acordos com o FMI, pagamento em dia das dívidas, e autonomia do Banco Central. Para ganhar a eleição, era preciso convencer o povo e os donos do capital da viabilidade de seu governo. Também para governar, Lula terá que contar com essas duas forças: 52,7 milhões de eleitores, já desmobilizados e pouco organizados, contra um pequeno mas poderoso grupo que, com alguns telefonemas, pode provocar uma crise econômica de grandes proporções. Para estes, a legitimidade de um governo não vem das urnas nem das políticas que respondam às necessidades básicas da população, mas sim do cumprimento dos contratos e obrigações fiscais. Quem os desrespeitar, será chamado de "populista" e "irresponsável", criando-se um clima de confronto com

os detentores do capital, da mídia e do apoio dos EUA.

O rumo do Governo Lula depende da adesão da grande massa popular à sua proposta. Mas aqui vem um complicador: o clima de violência urbana. Com taxa de crescimento anual abaixo de 2% na última década, a economia brasileira decresceu em termos de renda *per capita*. Isso teria sido absorvido sem maiores danos sociais, se o preço da estagnação tivesse sido pago pelos mais ricos, ou, pelo menos, proporcionalmente distribuído. Mas a renda continuou se concentrando nas mãos de uma minoria, hoje vivendo numa opulência que nada deixa a desejar em relação aos ricos do *primeiro mundo*, exceto, talvez, pela constante insegurança por medo de assalto, seqüestro ou violência gratuita. De fato, aumentou muito o número de pessoas hoje vivendo de atividades criminosas, geralmente associadas ao narcotráfico. Adolescentes e até crianças optaram, por assim dizer, por uma vida recheada de emoções que só a marginalidade pode dar. Sabem que cedo serão mortos pela polícia ou por bandidos rivais, mas, enquanto viverem terão um padrão de consumo muito superior àquele que o mercado oferece a trabalhadores como seus pais. Para se protegerem da repressão policial cada vez mais impiedosa, organizam-se em gangues e associações de proteção mútua, como os *comandos*. Hoje, é patente o poder do *crime organizado*, que se infiltrou no Estado e a ele se opõe. E assim vai-se formando no Brasil uma

população socialmente marginal, com uma cultura peculiar, que sobrevive predando as riquezas concentradas nas mãos de poucos, ou, pior, roubando de quem pouco tem. Nesse jogo de vida e morte, esgarça-se o tecido social e perdem-se dezenas de milhares de vidas humanas. Não seria mais adequado pensar o Brasil como um país em **guerra civil**?

Enfim, o êxito do projeto popular depende de sua capacidade de mobilizar, para a conquista da plena cidadania, aquela massa que nunca foi organizada nem politizada, que é desprezada e despreza-se a si mesma, que só tem uma consciência política imediata. A eleição foi um passo importante no processo, mas sem a efetiva participação popular não se constitui um povo no sentido autêntico de conjunto de cidadãos e cidadãs.

### ***O encaminhamento político das Reformas***

A análise das propostas de Reformas pode sinalizar os rumos até agora imprimidos pelo Governo no atendimento das necessidades dos setores excluídos. Das informações veiculadas pela imprensa e órgãos de comunicação do governo, bem como pelas visitas de Ministros à CNBB, pode-se depreender a seguinte análise.

**1.Reforma agrária.** A concentração da grande propriedade rural é, historicamente, uma característica permanente da sociedade brasileira. Por isso, a Reforma Agrária significa mais do que a redistribuição de terras: ela abala a própria es-

trutura da *casa grande*. O Governo deu uma sinalização positiva ao nomear para postos-chaves do setor pessoas comprometidas com a Reforma, mas ainda não apresentou resultados palpáveis. É possível que a complexidade do problema esteja exigindo mais tempo, mas o certo é que as reformas tributária e da previdência, também complexas, já estão encaminhadas.

**2.Reforma tributária:** as informações sobre o projeto falam de mudanças de ordem técnica que favorecem as regiões menos industrializadas, bem como desoneram a folha de pagamentos; mas 3 pontos socialmente decisivos ficaram em segundo plano: a progressividade dos impostos (de modo que os mais ricos paguem mais impostos em relação ao que ganham), o Imposto Territorial Rural (que hoje significa menos de 0,5% do total dos impostos recolhidos) e o Imposto sobre as grandes fortunas, que embora inscrito na Constituição até hoje não foi regulamentado por lei.

**3.Reforma da Previdência:** embora esteja provocando muita discussão, o projeto não vai ao grande desafio social, que é a inclusão previdenciária de 57% da População Economicamente Ativa, hoje na informalidade. Sabemos que o Regime Geral da Previdência Social, que foi atuariamente equilibrado até o ano 2000, tende a ser cada vez mais oneroso ao Estado, e mais ainda o seria com a inclusão de todos os que hoje estão sem cobertura pre-

videnciária. O projeto de reforma trata de quem tem mais capacidade contributiva e representa um novo aporte de recursos. No entanto, deixa de lado os que mais necessitam e não podem contribuir. Tendo a Previdência a finalidade de assegurar a estabilidade econômica a todas as famílias brasileiras cujo chefe esteja incapacitado de prover seu sustento, este é um problema a ser resolvido, e não esquecido num projeto de Reformas. O atual projeto está centrado no Regime Especial dos servidores públicos, que foi onerado por direitos concedidos ao longo do tempo e pela inclusão de novos servidores pela Constituinte de 1988. Embora suas despesas sejam altas, sua efetividade depende da derrubada de privilégios protegidos pelos direitos adquiridos. Caso não haja mudanças aí, a Reforma da Previdência significará pouco mais do que a transferência da aposentadoria de servidores públicos com vencimentos acima do teto, para Fundos de Pensão públicos ou privados<sup>9</sup>.

Estes dois projetos estão sendo encaminhados ao Congresso com o respaldo de 27 Governadores. É possível que o governo conquiste também o apoio da sociedade civil por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e por uma campanha de educação política. Mas está faltando melhor informação sobre as Reformas:

fala-se das altas despesas com aposentadorias e pensões de servidores públicos, mas não se fala da universalização da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social), com recursos constitucionalmente previstos nos impostos para fins sociais. Por isso, muitos ainda percebem o problema da Previdência Social como um problema contábil, sem se dar conta que só há déficit na Previdência devido à desvinculação dos recursos da União para pagamento de juros da dívida pública. Essa forma da mídia e dos órgãos de comunicação governamentais conduzirem o debate, não favorece a educação política nem a mobilização cidadã.

### ***A política econômica e seus riscos***

A coligação vitoriosa nas eleições quer retomar o crescimento econômico, pois sair da estagnação é condição necessária (embora não suficiente) para uma efetiva mudança social. Ocorre que, diante da ameaça de explosão inflacionária, que traria a desarticulação da economia e a ingovernabilidade, as primeiras medidas do Governo priorizaram neutralizar aquela ameaça e conquistar a confiança do mercado. Para isso, foi mantido o câmbio flutuante, o regime de metas de inflação com o Banco Central autônomo e estabelecida uma nova meta de *superávit primário*: 4,25% do PIB (estimativa de R\$68 bilhões). Para assegurar a entrada de capitais e controlar a inflação, a taxa básica de ju-

<sup>9</sup> A Reforma da Previdência foi o tema da *Análise de Conjuntura* de março (cfr. [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)).

ros (*selic*) foi elevada para 26,5% ao ano.

Esse conjunto de medidas, sabidamente recessivas, foi apresentado como sendo um plano emergencial, de transição, já que essa política favorece mais os capitais financeiros do que os produtivos. O caso dos bancos, com lucros extraordinários, bem ilustra o tipo de capitais atraídos pelo Brasil. Para continuar recebendo capitais externos e cobrir o déficit nas transações correntes, o governo aumenta a dívida pública<sup>10</sup>. O serviço dessas dívidas retirou dos cofres públicos, em 2002, R\$113 bilhões, o que significa R\$215.000 por minuto, 24 horas por dia, 365 dias no ano. Pouco mais da metade desse desembolso veio de novos empréstimos, enquanto R\$54 bilhões vieram do aumento de impostos e de cortes nas despesas.

Nos últimos meses, o Brasil tem tido superávits na balança comercial, em boa parte pela própria estagnação da economia: redução de importações de consumo e, sobretudo, das empresas que importam menos por não estarem investindo. Além disso, voltaram os capitais especulativos, que, aproveitando a diferença entre os juros pagos no Brasil e no Exteri-

or, tomam empréstimos fora e adquirem títulos públicos de curto prazo (6 meses).

Tudo isso fez baixar a cotação do dólar e o "risco país". Significa que o Brasil já conquistou a credibilidade junto ao mercado e está prestes a receber um fluxo de capitais produtivos? O Governo parece apostar que sim. Está cumprindo rigorosamente as promessas feitas ao *mercado* durante a campanha, e tem o direito de esperar sua contrapartida, mesmo porque o Brasil propicia excelentes condições ao investimento produtivo. Esta posição, contudo, vem sendo contestada por vezes que manifestam suas dúvidas e críticas. Elas podem ser resumidas em dois pontos: o caráter transitório das medidas econômicas tomadas até aqui<sup>11</sup>, e o inevitável confronto com os credores externos e internos, o FMI e o Banco Mundial, se o governo Lula substituir o modelo econômico vigente por um novo projeto de sociedade.

### ***A exemplaridade do Projeto Fome Zero***

Lançado no primeiro discurso do Presidente eleito, o projeto *Fome Zero* tem uma característica emergencial (a fome não pode esperar), mas não se

<sup>10</sup> A dívida interna passou de R\$56 bilhões, em dezembro de 1994, para cerca de R\$800 bilhões no final de 2002. No mesmo período, o Brasil pagou aos credores externos, como serviço da dívida, US\$ 330 bilhões, com empréstimos no valor de US\$ 273 bilhões. É o que se chama *rolar* a dívida.

<sup>11</sup> É o que diz João Sicsú, da UFRJ, ao argumentar que o atual conjunto de medidas dificulta a intervenção do Estado na economia, pois confia os investimentos à iniciativa privada. Além disso, a credibilidade é um estoque que só se forma com o tempo, na medida em que as promessas são fielmente cumpridas. Quanto mais tempo passa, menos possibilidade terá o Estado de intervir na economia e imprimir-lhe outro rumo.

limita a ações pontuais: busca soluções permanentes para um problema que, no Brasil, decorre quase unicamente de sua estrutura social excludente. Acabar com a fome e propiciar segurança alimentar e nutricional a toda população brasileira, requer a efetivação de políticas públicas em diversas áreas: Reforma agrária, apoio à agricultura familiar, aprimoramento da rede de transportes e armazenagem, política de complementação alimentar nos centros urbanos (restaurantes populares, merenda escolar...) e, a mais longo prazo, verdadeira redistribuição de renda, para que toda família possa ter acesso ao mercado de alimentos. Ao fazer isso, o Estado estará intervindo na economia, o que contraria as orientações da atual política econômica.

Para produzir essa inflexão na política econômica, o governo precisa contar com muita mobilização interna e apoio externo, na difícil passagem para toda uma lógica diversa de organização da economia (sem contudo deixar os quadros do capitalismo). Aqui entra a participação da chamada Sociedade Civil, isto é, o conjunto de instituições e movimentos sociais capazes de se fazerem representar. O segredo da força do PT está na sua relação com os Movimentos Sociais. Tendo a mesma inspiração e utopia, cada um atua em seu campo próprio: os Movimentos, na sociedade civil por uma causa específica; o Partido, na esfera

política para exercer o poder de Estado. Até agora, a relação entre eles tem sido de respeito mútuo: os Movimentos Sociais não se integraram no governo, nem se puseram à margem do processo político. Entre essas duas posturas extremas, os Movimentos Sociais estão encontrando o lugar que lhes é próprio, isto é, onde sua autonomia e sua conhecida capacidade crítica sejam colocadas a serviço de um novo projeto para o Brasil.

Neste contexto atual da sociedade civil e suas relações com o Estado, cabe uma observação sobre o papel da Igreja Católica. Já nos anos 50 a CNBB levantava a questão da Reforma Agrária e, pouco depois, ampliava para as Reformas de Base; durante o regime militar assumiu a defesa dos Direitos Humanos e mobilizou suas forças para garantir a cidadania na Constituição de 1988, sempre se colocando ao lado, senão na linha de frente das grandes causas populares, inclusive aquelas que pareciam perdidas, como a causa dos povos indígenas, até hoje esperando que se cumpra o preceito constitucional de demarcação de suas terras. Desde suas bases, nas comunidades eclesiais, nos grupos de jovens, nos núcleos de pastorais sociais, até a cúpula nacional, passando pelas Dioceses e Regionais, ela tem sido a principal parceira (por vezes também a parteira) dos Movimentos Sociais envolvidos nesse grande projeto de Construção Nacional<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> O documento da CNBB sobre as Eleições de 2002 deixa clara sua disposição em levar a diante o projeto de Construção Nacional, priorizando a defesa da Dignidade e dos Direitos Humanos e o

Durante o governo de F.H. Cardoso, sua postura crítica lhe valeu ser chamada de defensora do atraso. Agora é outra a conjuntura, marcada pela conquista da Presidência da República por um Partido nascido dos Movimentos Sociais. Torna-se então necessária uma forma de colaboração no plano da Ética, colaboração que pode implicar críticas, mas implica também em uma parceria que, respeitando a autonomia de cada esfera, reúna e multiplique as energias sociais e po-

líticas para a consecução desse projeto nacional de universalização da cidadania.

*Contribuíram para esta análise Pe. Ernanne Pinheiro, Pe. Alfredo Gonçalves, Pe. Bernard Lestienne, Pe. Antônio Abreu, Pe. Thierry Linard, Guilherme Delgado e Lurdinha Nunes.*

Pedro A. Ribeiro de Oliveira é Assessor da CNBB para o Setor CEBs e Professor na Universidade Católica de Brasília.

Endereço do autor:

Caixa Postal 02067 CEP 70259-970 Brasília - DF

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- Na sua apreciação, que aspectos da atual conjuntura internacional são mais desafiadores para a missão da Igreja e da Vida Religiosa?
- 2- Que podem fazer as comunidades religiosas para se tornarem de fato construtoras de paz, no mundo atual?
- 3- Na conjuntura nacional de hoje, que papel a Vida Religiosa está chamada a desempenhar?

**“Talvez seja no sensível  
campo das negociações comerciais,  
que governo Lula esteja  
deixando mais claramente  
a marca da mudança.”**

Desenvolvimento Sustentável. Digna de nota é a posição assumida pelo Episcopado no Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome, ali colocada como uma questão de Política Pública prioritária, e não apenas de Assistência Social.

# A velhice e a espera do Reino de Deus

JOSÉ COMBLIN

Jesus não foi velho. Não conheceu a velhice. Esse fato foi, inclusive, uma objeção que lhe fizeram os judeus: "Nem sequer tens cinqüenta anos e viste Abraão?" (Jo 8,57). Na realidade, Jesus suprimiu os privilégios dos velhos. Nas civilizações antigas, os velhos tinham o privilégio da sabedoria que lhes conferia um grande poder. No próprio povo de Jesus os Anciãos ocupavam um lugar de destaque, e Jesus muitas vezes entrou em conflito com eles (Mc 11,27; Lc 9,22). Em muitas sociedades a direção pertencia a um Conselho de Anciãos. Com Jesus esta situação privilegiada desaparece. Pois, na mente de Jesus a prioridade não deve ser dada aos velhos, mas às crianças.

## O privilégio das crianças

"Chamando uma criança, postou-a no meio deles e disse: Em verdade, eu vos digo: se não mudardes e não vos tornardes como as crianças, não entrareis no Reino dos céus. Aquele, pois, que se fizer pequeno como esta criança, eis o maior no Reino dos céus. Quem acolhe em meu nome uma criança como esta, acolhe a mim mesmo" (Mt 18,2-5).

"Deixai as crianças, não as impeçais de virem a mim, pois o Reino dos céus é para aqueles que são como elas" (Mt 9,14). Lucas acrescenta: "Em verdade, eu vos digo, quem não acolhe o Reino

de Deus como uma criança nele não entrará" (Lc 18,17).

"Vendo as coisas prodigiosas que ele acabara de fazer e aquelas crianças que gritavam no templo: Hosana ao filho de David!, os sumos sacerdotes e os escribas ficaram indignados e lhe disseram: Ouves o que eles dizem?" Mas Jesus lhes disse: "Sim; nunca lestes este texto: *"Da boca dos pequeninos e das crianças de peito preparastes um louvor para ti?"* ( Mt 21,16).

A Nicodemos, que já era velho, Jesus disse: "A menos que nasça de novo, ninguém pode ver o Reino de Deus". Nicodemos lhe disse: "Como um homem poderia nascer sendo velho? Poderia ele entrar uma segunda vez no seio de sua mãe?" (Jo 3,3-4).

A razão do privilégio das crianças fica muito clara nos textos citados. As crianças não são privilegiadas e colocadas como exemplo em virtude de qualidades que teriam. O tema da inocência ou da pureza das crianças é um tema moderno, que, por sinal, foi desmentido por todos os estudos científicos objetivos.

O privilégio das crianças está na sua pequenez, na sua carência total de poder. O que constitui o modelo das crianças é a sua pequenez. Para entrar no Reino de Deus, é preciso ser pequeno ou tornar-se pequeno. É preciso esperar o Reino de Deus como as crianças, isto é sem poder nenhum, de modo

puramente receptivo. Ninguém pode entrar no Reino se vem armado de poder. Somente quem se achar sem poder, poderá entrar.

O Reino de Deus não é a recompensa da sabedoria ou dos méritos dos velhos: não existe nenhum mérito diante do Reino de Deus. Tudo é graça, dom gratuito. As crianças esperam sem pretensão, sem capacidade de fazer alguma coisa pelo Reino. Por isso, elas são o modelo.

Desta maneira, Jesus fez uma subversão total dos valores, das religiões e das filosofias. Diante do Reino de Deus, todos os trabalhos de uma vida inteira são como nada. É preciso deixar tudo isso e ficar pequeno e pobre e sem valor, sem pretensão como uma criança que espera tudo porque não pode fazer nada por si mesma. O privilégio das crianças é que elas não sabem fazer nada.

### **Semelhante às crianças**

Os velhos devem receber com particular atenção essa mensagem de Jesus. Quando começa a velhice? Quando a pessoa começa a sentir que está perdendo as suas capacidades. Pouco a pouco os velhos sentem que a sua saúde fica frágil, que aparecem doenças, que a memória baixa, e a sensibilidade também, A imaginação apaga-se pouco a pouco. O corpo fica enfraquecido: a vista diminui, os ouvidos tornam-se mais surdos, as mãos já não seguram como antes. O velho descobre que já não pode trabalhar como antes. Fica cansado, qualquer esforço exige um repouso mais longo. Depois de um problema de saúde, aparece outro. Quando

melhora por um lado, manifesta-se outro problema em outro órgão. O ancião já não é capaz de agir como antes.

Como conseqüência, ele perde prestígio e autoridade na sociedade e dentro da própria família. As civilizações antigas reservavam a maior parte do poder aos anciãos mas esta situação era o resultado de uma educação rígida, repressiva, que submetia mentalmente os filhos aos pais e estes aos avós. Era o resultado de uma domesticação mental e física. Isto está desaparecendo e podemos pensar que esta evolução é o resultado da fermentação dos temas cristãos.

Os velhos devem reconhecer que estão perdendo as suas capacidades. Devem reconhecer que não podem mais exercer uma autoridade. Por via de conseqüência eles perdem a legitimidade do poder. Não têm mais o direito de impor a sua vontade às gerações seguintes. Eles devem retirar-se e entregar o poder às gerações seguintes, reconhecendo a sua incapacidade.

Não podem mentir a si mesmos procurando convencer-se que ainda têm todas as suas capacidades físicas ou mentais. Devem reconhecer que enfraqueceram. Não podem mentir aos seus subordinados obrigando-os a afirmar que eles ainda têm plena força. Os mais jovens também não podem mentir-lhes fazendo-os crer que ainda estão com pleno vigor, quando não estão.

Tudo sucede como se os idosos voltassem ao estado de infância. Tornam-se cada vez mais dependentes dos outros, pouco a pouco, até para as coisas mais simples da vida, precisam de aju-

da. Para muitos esta dependência constitui uma humilhação. Alguns ficam amargos porque não aceitam o que está acontecendo. Outros ficam revoltados, e a sua revolta se transforma em mau humor; tornam-se desagradáveis para com aquelas mesmas pessoas que lhes prestam ajuda. No entanto, Jesus mostra o caminho.

Para os adultos parece difícil aceitar a palavra de Jesus sobre as crianças. Eles sentem orgulho da sua força, fazem a experiência das suas capacidades. Para eles, a palavra de Jesus parece incompreensível. A condição dos velhos ajuda. Os idosos podem sentir no próprio corpo e na mente o regresso a um estado de impotência crescente. Esta idade depende muito das pessoas e do seu estado de saúde. Alguns poucos ainda são jovens e ativos aos 90 anos. Um pouco mais numerosos são os octogenários ainda na vida ativa. Aos 70 anos muitos já tiveram que abandonar toda atividade. Outros começam a sentir o declínio já antes.

Salvo os casos de morte repentina, todos passam por uma fase de diminuição das capacidades, de volta a uma condição humilde, um verdadeiro retorno à condição de criança. Esta situação não deve criar desespero. Muito pelo contrário.

Pois, ela é um sinal dos tempos, uma oportunidade oferecida para entrar no espírito de Jesus e aceitar voluntariamente uma volta ao estado de criança. Este não pode ser um motivo de tristeza e sim de alegria porque é voltar ao estado privilegiado de Deus, o estado em que o ser humano se torna frágil,

humilde, pequeno, sem poder. Muitos lamentam a perda de poder, mas é justamente essa perda de poder que permite o acesso à condição das crianças.

É verdade que as crianças suportam mais facilmente o seu estado de dependência porque sabem que elas vão crescer e adquirir todas as capacidades que admiram nos adultos que cuidam delas. Mas os idosos sabem também que no final da velhice se abre uma vida nova de juventude perpétua. A velhice não é definitiva, mas ela é uma etapa na caminhada do povo de Deus. Ela é uma caminhada privilegiada porque une mais intimamente a Jesus.

### **A espera do reino**

Jesus diz que é preciso esperar o reino de Deus com a condição das crianças. As crianças esperam receber. Não podem salvar-se por si próprias. Esperam que a mãe ou o pai ou qualquer outra pessoa venha resolver o seu problema e dar-lhes a satisfação que desejam. Esta é a disposição necessária para com o reino de Deus. Estamos na espera. Deus marca os tempos. Tanto para a etapa final, como para as etapas na vida presente. Não somos os donos do Reino de Deus. Não fazemos o que queremos, mas aquilo que Deus realiza em cada época da história.

O velho também não faz o que quer, deve esperar a ajuda dos outros. Aprende a esperar. Esta espera vivida na vida de cada dia constitui a escola e a aprendizagem da verdadeira e profunda espera, a espera do Reino de Deus. O velho está cada vez mais chamado a viver de esperança na medida em que faz a experiência das suas limitações.

Assim são os velhos que aparecem no Novo Testamento. É o caso de Simeão. "Era justo e piedoso; esperava a consolação de Israel" (Lc 2,25). A sua justiça e a sua piedade estavam nisto: - esperava o Reino de Deus. Não se lhe atribuem obras admiráveis. Simplesmente esperava. Era a melhor coisa que podia fazer. Era o que o tornava modelo digno de ser citado no evangelho. Na mesma condição estava a profetisa Ana, muito avançada em idade.

Houve um velho que não procurava mais o Reino de Deus. Era sacerdote e se dedicava com zelo ao ofício sacerdotal. Estava tão compenetrado no seu ofício que não esperava outra coisa. O seu nome era Zacarias. O evangelho disse dele e da sua mulher que: "ambos eram justos diante de Deus e seguiam todos os mandamentos e observâncias do Senhor de maneira irrepreensível" (Lc 1,6).

Zacarias era irrepreensível nas observâncias. Porém, quando veio o anjo Gabriel anunciar-lhe os caminhos do Reino de Deus, não acreditou, "não creste em minhas palavras, que se realizarão a seu tempo" (Lc 1,20). O serviço do sacrifício no templo ocultou-lhe a palavra do Senhor. Estava absorvido pela sua tarefa sagrada e não tinha ouvidos para a palavra do anjo. Por isso, foi castigado. Era um velho ainda apegado ao seu ofício, mas fechado ao anúncio do Reino. Zacarias é o anti-modelo dos velhos.

Zacarias converteu-se e recuperou a fala. Pior foi o caso dos anciãos que condenaram Jesus à morte e nunca se arrependeram. Estes não quiseram crer porque não viviam na espera do Reino

de Deus. Estavam apegados ao poder que achavam na observância das leis e dos mandamentos.

"Os que haviam prendido Jesus o levaram à casa de Caifás, o Sumo sacerdote, onde estavam reunidos os escribas e os anciãos" (Mt 26,57). Eis Jesus jovem frente a essa assembléia de velhos. Todos os velhos denunciando e atacando o jovem. A sua ira, o seu ciúme, o seu rancor os dominam. "E todos o condenaram à morte" (Mc 14,64). Encerrados na sua tradição religiosa, no seu sistema institucional esclerosado, não puderam reconhecer em Jesus a novidade do Reino de Deus e resolveram desfazer-se dele.

Com certeza, todos esses velhos estavam imbuídos da sua grande sabedoria, invocavam a sua experiência para justificar as suas paixões, mas eram a caricatura da velhice autêntica. Eles viviam o contrário daquilo que Jesus veio anunciar. A sua velhice vinha coroar a aprendizagem da incredulidade, e todas as suas obras religiosas eram hipocrisia. A experiência da vida somente lhes serviu para fechar-lhes o coração e a inteligência.

Jesus não escolheu um conselho de anciãos, mas escolheu jovens para fazer deles os seus apóstolos e colocá-los à frente das doze tribos de Israel. Para começar uma obra nova, precisa de gente nova. Jesus rompia com as instituições do seu povo.

É verdade que, depois de Jesus, provavelmente já na segunda geração dos discípulos, muitos voltaram à tradição judaica e colocaram velhos à frente das comunidades. Deram-lhe o nome grego

de presbíteros. Eram a reprodução dos conselhos de anciãos que havia em Israel e em diversas associações religiosas do mundo antigo. A institucionalização de anciãos correspondia a uma fase de estabilização da Igreja. Nesse momento, a administração das comunidades estabelecidas já era mais importante do que a missão no meio do mundo. Mais importante do que o anúncio do Reino de Deus já era a administração dos gestos e símbolos religiosos, dos preceitos e dos bons costumes.

No entanto, é interessante lembrar que já bem no meio dessa instalação de conselhos de anciãos, a primeira carta a Timóteo insiste na tradição anterior fundada por Jesus: "Ninguém despreze a tua jovem idade" (1Tm 4,12). O autor exorta Timóteo a evitar tudo o que poderia provocar ou justificar o desprezo dos presbíteros. Pois, o poder de Timóteo que é jovem, é maior. Timóteo é o missionário itinerante que anuncia o Reino de Deus. Ele tem autoridade sobre os presbíteros que ele mesmo deve instituir e não ser instituído por eles. Ele conserva o poder sobre eles.

Se os bispos são os sucessores dos apóstolos, poderíamos esperar que fossem escolhidos bem jovens. Pois, os velhos tendem a administrar o passado e têm menos ousadia, menos criatividade, menos impulso para lançar a Igreja em rumos novos. Apesar disso, nos últimos tempos prevaleceu o costume de escolher os bispos entre os presbíteros já velhos. Isto provocou uma inércia muito grande. Esses bispos já não assumem riscos, têm medo da novidade e preferem não olhar para os sinais dos

tempos. É notável que os bispos de Medellín eram jovens e, por isso, abertos ao mundo a ser evangelizado.

A Igreja católica transformou-se numa gerontocracia, o que se manifesta por uma passividade muito grande diante dos desafios do mundo a ser evangelizado, por um medo das inovações e das pessoas que vão ao encontro dos povos com mais ousadia.

Paulo VI estabeleceu que os bispos apresentassem a sua renúncia aos 75 anos. Em qualquer outra profissão este limite já pareceria exagerado. Os professores de Universidade já podem aposentar-se antes dos 50 anos, embora isto seja um abuso gritante. Assim mesmo, no caso dos bispos, há uma tendência para recuar esse limite até 78 anos e mesmo 80 anos. Mas é claro que aos 75 anos uma pessoa já não tem o dinamismo necessário para conduzir uma porção do povo de Deus. Tende a deixar os problemas sem solução. Os párocos seguem o modelo dos bispos e recuam indefinidamente a idade da entrega do poder.

Tudo sucede como se o clero tivesse um apego excepcional ao poder, negando a condição da velhice e querendo manter a ilusão de capacidade além dos prazos normais. O clero parece estar mais apegado ao poder do que as outras categorias sociais, o que não deixa de ser estranho porque devia dedicar-se mais à espera do Reino de Deus e seguir as exortações de Jesus.

## **A missão dos velhos**

Uma vez que os velhos perderam os poderes, eles se tornam semelhantes às crianças. Se não aceitam esta condição

perdem a oportunidade de salvar a sua vida. Se seguem o conselho de Jesus, salvam a sua vida. Livres de poderes, podem dedicar-se à espera do Reino de Deus. Não permanecem confinados em si mesmos. Pelo contrário, podem anunciar esse reino de Deus a outros. Uma vez que vivem num estado de esperança, podem anunciar esta esperança aos outros, e, em primeiro lugar, com certeza, às crianças com as quais se tornaram semelhantes.

Os velhos serão, desta maneira, portadores da esperança tanto pelo exemplo da sua vida e do seu modo de ser, de falar, de acolher, como pelos conselhos e pelas palavras. Já não precisam ensinar a outros como fazer as coisas. Os jovens sabem como fazer. Porém, o que os velhos podem transmitir, é a atitude de esperança que transfigura a vida. Podem entrar no modo de ser de Simeão.

A esperança do Reino de Deus não se limita ao advento final de Cristo com a vinda da nova Jerusalém. Pois, o Reino de Deus já vem neste mundo e neste tempo. Os velhos podem permanecer atentos aos sinais, por modestos que sejam. Cada sinal reforça a esperança. Um sinal anuncia outro mais tarde. Desta maneira a esperança tem uma história. O que faz viver, é a esperança, e, desta maneira, os velhos como as crianças podem ser fonte de vida para todos.

Os velhos podem depor toda arrogância, todo prestígio, toda segurança. Podem abandonar-se e entregar-se nas mãos de Deus que está realizando o seu Reino. Num sentido figurativo podemos aplicar-lhe as palavras de Jesus a Pedro

depois da ressurreição: "Quando eras jovem, amarravas o teu cinto e ias para onde querias; quando ficares velho, estenderás as mãos e um outro atará teu cinto e te conduzirá para onde não quiseres" (Jo 21,18). O velho é assim: já não pode fazer o que quer, perdeu o domínio da sua vida. Mas será nessa condição que entrará no Reino de Deus esperado. Perde os desejos para acolher o que vier, com plena esperança, ou seja, com a firme confiança de estar caminhando rumo ao Reino de Deus e já dentro do Reino de Deus.

Fica livre dos seus desejos, livre de toda ambição, livre de toda adversidade, inclusive livre no meio da doença e da fraqueza física porque já abandonou tudo e está vivendo do Reino de Deus.

Refletindo sobre a sua vida, o velho pode dizer como S. Paulo: "Todas essas coisas que para mim eram ganhos, eu as considerei como perda por causa de Cristo. Como não, eu considero que tudo é perda em comparação deste bem supremo que é o conhecimento de Jesus Cristo, meu Senhor. Por causa dele perdi tudo e considero tudo como lixo, a fim de ganhar a Cristo e ser achado nele, não já com uma justiça que seja minha, que venha da lei, mas com a que vem pela fé em Cristo, a justiça que vem de Deus e se apóia na fé. Trata-se de conhecê-lo a ele, ao poder da sua ressurreição e à comunhão com seus sofrimentos, de tornar-se semelhante a ele em sua morte, a fim de chegar, se possível, à ressurreição dentre os mortos." (Fl 3,7-11).

"Vigiai porque não sabeis nem o dia, nem a hora" (Mt 25,13). Jesus repete

esta advertência (Mc 13,33-37). Esta é a tarefa dos velhos em primeiro lugar. Uma vez que se fez a renúncia a todo o passado, vem o momento de se dispor inteiramente para o futuro. No cristianismo o velho não olha mais para o seu passado, mas vive à espera do futuro que sabe mais próximo. Todo o passado não é nada em comparação com o futu-

ro que se aproxima. Vazio do seu passado, o ser humano que chega ao final da caminhada, abre-se totalmente para a esperança que se torna a totalidade da sua vida presente. Está vigiando!

---

José Comblin é Teólogo.

Endereço do autor:

Rua Rosinaldo Santana, 900

58308-650 Bayeux - PB

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- Em que condições a velhice se torna de fato espera do Reino?
- 2- Como conseguir desenvolver em si mesmo e nas outras pessoas a mística da espera do Reino?
- 3- Porque o despojamento em relação com o poder é atitude profética constitutiva do seguimento de Jesus?

**“Jesus diz que é preciso  
esperar o reino de Deus com a  
condição das crianças.”**

# Maria e a Vida Religiosa na perspectiva da antropologia cultural e a psicologia

MERCEDES NAVARRO PUERTO, MC

## Por que Maria?

Quando pessoas não católicas contemplam aspectos de nossa religião ficam surpreendidas com o fenômeno mariano. Maria se encontra em todos os lugares e épocas, adota uma infinidade de nomes, converte-se em musa inspiradora de uma multidão de facetas humanas, como tela projetável de ideais que mudam conforme a evolução das culturas... Por isso, a pergunta sobre sua condição real é inevitável. Por isso, a suspeita sobre as projeções humanas, sobre o feminino sempre se encontra presente. Maria deve valer para tudo e para todas e todos? Será modelo e referência para qualquer estilo de vida, de pessoa, de época? Dessa maneira, não estaremos contribuindo para reforçar sua dimensão mítica prejudicando sua concretização histórica, tão escassa em dados, e sua condição narrativa, tão limitada? O quê significa estar nos começos de tantas ordens e congregações religiosas, tanto masculinas como femininas? O quê significa continuar invocando-a, na VR, como modelo? Modelo de quê, concretamente? Podemos transferir, tranquilamente, as virtudes que ela encarnava, como mulher de seu tempo, às que um tempo tão diferente deseja, necessita, mostra-se sensível?

Não se pode negar que corremos alguns riscos. Risco de banalizar a importância do percurso da história, como se seu passo nada significasse. Risco de utilizar uma figura da fé como simples suporte ideológico. Risco de reforçar padrões patriarcais contrários, inclusive, ao espírito do Evangelho vivo e eficaz, já no primeiro século de nossa era. Risco de forçar modelos, estilos, valores... projetados em Maria, que não permitem tornar leve o futuro da VR, mas, pelo contrário, a debilitá-lo.

Por outro lado, como nada é totalmente branco ou totalmente preto, a permanente vivência da figura de Maria na VR é uma porta aberta a possibilidades criativas. Contudo, a reflexão antropológica e psicológica não pode reduzir-se aos dados atuais, mas, como indicam os estudos bíblicos ajudados pelas ciências humanas, pode contribuir a recriar cenários em que podemos entender Maria, e a explicar para nós, criticamente, seu papel, hoje, em nosso estilo de vida, e vislumbrar essas possibilidades para o presente e o futuro. Em nossa proposta, a história joga um papel importante, pois seria ilusão pretender partir do zero recuperando somente o que está nas origens, sem levar em

conta que Maria é, sobretudo, uma figura construída histórica e culturalmente, durante mais de 20 séculos.<sup>1</sup>

## I - Maria e os evangelhos

Embora pareça desnecessário, é preciso partir da premissa de que não se compreende Maria sem Jesus. Ela pertence, antes, aos evangelhos, do que à vida da Igreja. Nos evangelhos, Maria está em função da figura protagonista de Jesus. Por que isso tem que ser assim, e até que ponto tem que ser assim, constitui o ponto de partida de nosso primeiro desenvolvimento, pois tanto Jesus como Maria só se entendem situados em seu próprio contexto histórico e cultural.

Quem foi Maria? Os evangelhos, sintetizando muito, dizem duas coisas: era a mãe de Jesus, e se encontrava associada a seu movimento. A relação entre uma e outra afirmação só pode ser entendida se desdobramos o cenário em que estão integradas. A antropologia cultural e outras ciências humanas (psicologia social, sociologia...) nos oferecem recursos para isso.

Numa sociedade em que, mais do que indivíduos encontramos funções e gêneros, ser mãe de um filho varão era a maior conquista das mulheres decentes, preocupadas com a honra de sua família, e responsáveis por ela. Nós, cidadãos/os do século 21, costumamos nos identificar por nosso nome e sobrenome (documento de identidade), pela profissão que exercemos, e os bens que possuímos de diferentes modos. Na sociedade mediterrânea do tempo de Jesus era mais importante ser identificado pelo gênero e função do que pelo próprio nome, pois este sempre remetia à família, à origem. Os sujeitos se percebiam a si mesmos somente em relação com os membros de sua sociedade, especialmente seu círculo social mais estreito: a família. Assim, o normal era conhecer e reconhecer Maria por ser a mãe de Jesus, e não por tratar-se de um indivíduo, mulher, com uma trajetória de vida própria. As coisas não eram como são agora. As diferenças de sociedade e cultura são muito grandes<sup>2</sup> e significativas. Maria não tem antecessores e, mesmo sendo vincu-

<sup>1</sup> O artigo pretende ser basicamente crítico. Não vou permanecer na análise de tudo o que a inspiração da figura de Maria supõe de riqueza e criatividade na VR. Por outro lado, as ciências que me vão servir de instrumentos analíticos são mais aproveitáveis numa perspectiva crítica, em que podemos extrair linhas construtivas para o presente e futuro.

<sup>2</sup> Isto também pode parecer óbvio, mas o esquecemos a todo instante, transferindo continuamente nossos conceitos às palavras que encontramos nos evangelhos, sem respeitar as enormes diferenças de sentido e alheias/os às conseqüências que isto acarreta. Pressupomos uma leitura crítica, quando, em realidade, não estamos dispostas/os a fazer o esforço de nos colocar naquele momento e naquela cultura antes, muito antes de tentar iluminar nossa vida com a vida dos protagonistas do Evangelho. Não é de se estranhar fazermos uma leitura ao pé da letra e irrelevante. Os textos são, ao mesmo tempo, ricos e sintéticos, e, somente quando os desenvolvemos (por isso a exegese, com seus diferentes métodos, é tão necessária), eles conseguem nos dizer alguma coisa, iluminar uma época e uma cultura, não suprimindo às distâncias nem fazendo leituras imediatistas e fundamen-

lada a um varão a quem está prometida, e alguns parentes sendo conhecidos (Isabel e Zacarias), ela se encontra privada de sua família de origem (Cf. Lc 1-2). Isto se explica em parte, pois uma vez dada em casamento, a mulher passava a tomar a identidade da família de seu marido. Somente em parte porque há testemunhos bíblicos, o de Isabel para não ir muito longe, que apresentam mulheres de certa relevância a partir de sua família ou classe social de origem, além da família de seu marido. Mas, não podemos chegar ao sentido do diferente, do contra-cultural, somente na medida em que conhecemos o cultural e o partilhado<sup>3</sup>.

Em seguida, esta mulher é convertida em mãe por intervenção de Deus. A importância das cenas (anunciação e vocação) em que Deus toma contato com ela se explica culturalmente, em função da importância do filho, o protagonista da história. E este, por sua vez, era reconhecido como importante conforme seu status de adulto. Já que Jesus era reconhecido segun-

do o status máximo – Messias e Filho de Deus – sua origem, nascimento e infância deviam ser conformes a esse status e, nesses começos, é lógico que encontremos sua mãe. O interessante é seguir a trajetória da função de mãe ao longo dos evangelhos, pois, nos quatro, embora de maneiras diferentes, são produzidas mudanças substanciais em seu significado<sup>4</sup>.

Ser mãe na sociedade mediterrânea israelita do século primeiro era encarnar os valores sociais e religiosos<sup>5</sup> atribuídos ao gênero feminino. A mãe honorável, em Israel, deveria ser a síntese dos valores ditados pela sociedade patriarcal: amável, dócil, paciente, submissa, humilde, modesta, silenciosa, obediente, que aceita o sofrimento prolongado, caritativa, prudente, compassiva, pura e generosa<sup>6</sup>.

Havia uma crença generalizada de que os grandes personagens vinham ao mundo já com uma série de qualidades e características que conservavam para sempre, e somente precisariam desenvolvê-las ao longo de sua vida. Por isso, não era raro encontrar

---

talistas, mas contrastando a maneira com que Jesus e os outros personagens do Evangelho viviam o Reino naquele contexto, com os desafios que esse Reino apresenta a quem vive nesta época e cultura.

<sup>3</sup> É preciso se prevenir contra o risco de ficarmos somente com os significados contra-culturais. Eles nem sempre são positivos, pois, com frequência, confundimos o contra-cultural com o anti-cultural. Também não se trata de canonizar de imediato todo o contra-cultural, pois seu sentido não pode se separar da função que cumpre na cultura. Estas advertências valem tanto para o estudo de Maria nos evangelhos como para a VR.

<sup>4</sup> Estudei este tema referente a Mc 3,31-35 em "Maria-Madre: el paso de una a outra fé" *EphMar* 44 (1994) 67-96.

<sup>5</sup> Leve-se em conta que, ao contrário de hoje, as sociedades e estados não faziam diferença entre religião e política. Como afirmam os entendidos, a religião judaica (como a greco-romana) era uma religião política.

<sup>6</sup> O texto de Pr 31 sobre a mulher forte reflete bastante bem uma determinada maneira de entender o papel e as expectativas da mulher-mãe-ideal.

a mãe do personagem presente nos começos, tendo como função prefigurar as características e o destino do filho<sup>7</sup>. Esta crença, por um lado, subordina Maria ao personagem de Jesus levando-a a um segundo plano<sup>8</sup>, como se não tivesse vida própria, mas, por outro lado, lhe dá um grande destaque, e torna imprescindível, em certo sentido, ler e interpretar a mãe à luz do filho e vice-versa, de modo que o puramente cultural pode se converter em contra-cultural. Por exemplo, se uma das características fundamentais do personagem de Jesus nos evangelhos é sua condição e missão de profeta, quando se fala de Maria, em alguns dos relatos da infância, os leitores do século primeiro procurariam interpretar Maria a partir da perspectiva da profecia<sup>9</sup>. Se tomamos a obra de Lucas e lemos em retrospectiva a passagem do profeta Joel, em At 2,17 (*vossos jovens verão visões e vossos anciãos sonharão sonhos*), à luz da ressurreição de Jesus, com o que se

iniciam os novos tempos, não será difícil entender que Maria (jovem) tendo uma visão (Lc 1,39ss) é a profetisa que prefigura a missão profética de seu filho Jesus, e abre essa mesma missão a quem adere a seu projeto do Reino. Desta maneira, os papéis pré-fixados à mãe, pela própria cultura patriarcal do Mediterrâneo israelita, se modificam por causa de outras características mais importantes.

Uma mulher mãe, em Israel, vive em ambiente privado, e não pode invadir a esfera do público, que é o espaço reservado aos varões<sup>10</sup>. Na prática, significa que toda a vida ficará fechada no mundo do doméstico, a casa, a criação dos filhos e filhas, e os problemas internos próprios do âmbito privado. As relações estabelecidas ao longo da vida serão relações co-dependentes<sup>11</sup>, alimentadas pelo que a antropologia cultural chama de *grupo forte*, ao referir-se à sociedade israelita. Isto significa que Maria,

<sup>7</sup> Cf. B. MALINA, *El mundo social de Jesús y los evangelios*, Sal Terrae, Santander 2002, 139.

<sup>8</sup> Muito de acordo com a virtude da discrição, e a implícita proibição de protagonismo que a sociedade mediterrânea antiga patriarcal fazia ao gênero feminino.

<sup>9</sup> Isto é mais interessante, se é possível, já que não se herdava a profecia, como ocorria com o sacerdócio, por exemplo. E porque as mulheres não transmitiam a linhagem e, é claro, os papéis associados a ela. Poder-se-ia entender a prefiguração materna como uma dessas gretas que todo sistema marginal apresenta, e por onde se resgata vestígios da presença e importância das partes marginalizadas.

<sup>10</sup> Para uma abordagem mais ampla desta temática, pode se procurar meu trabalho "Rasgos de inculcación de la figura de María en el Nuevo Testamento", em E. PERETTO (a cura di) *L'immagine teológica di Maria, oggi*, edizioni Marianum, Roma 1996, 43-92. Sobre antropologia cultural do Mediterrâneo cf. B. MALINA, *El mundo del Nuevo Testamento*, EVD, Estella 1995; *El mundo social*, o. c.

<sup>11</sup> A co-dependência é uma maneira de situar-se na vida, fruto de haver suportado, de modo prolongado, normas opressivas, sociais ou grupais, a que se deve obedecer, e que reprimem a liberdade de expressão e a manifestação das diferenças individuais das pessoas. Ou, também, *uma condição em que a perda do poder conduz à conseqüente alienação de nós mesmos, dos outros, e, em última instância, de Deus* (D. MAY, *Codependencia*, DDB, Bilbao 2000). Em resumo, é o resultado de delegar

como a maioria das mulheres, não se permitirá reconhecer como próprio tudo o que entra em choque com as expectativas do grupo, e se inclinará a realizar-se através do cumprimento daquilo que as demais pessoas pedirem e esperam dela, sobretudo de seu papel<sup>12</sup>. A co-dependência tende a desenvolver mecanismos compensatórios que possam sustentar tudo o que é reprimido, social e pessoalmente. No aspecto emocional, se torna uma válvula de escape constituindo o poder vicário (ser importante através da importância do marido e, sobretudo, do filho), e a imensa relação afetiva com o filho varão.

A partir disso, talvez fique mais fácil entender o pano de fundo da distância que Jesus coloca entre sua mãe

e ele, relatada de maneiras diferentes em cada evangelho<sup>13</sup>. Esta distância, no entanto, convida a recuperar a trajetória de fé que Maria teve de realizar para tomar parte do movimento de Jesus<sup>14</sup> e, posteriormente, da comunidade cristã<sup>15</sup>.

## II- Maria na história

O desenvolvimento da implantação do culto mariano no cristianismo está sendo objeto de estudo há algum tempo. Porque Maria passou a ser muito importante para a cristandade ocidental como uma resposta, de modo diversificado, na história, sociologia, psicologia e antropologia cultural<sup>16</sup>. Todos coincidem em que se trata de uma construção apoiada em muitos poucos dados<sup>17</sup>. Também há coinci-

---

a outras pessoas, incluindo Deus, a responsabilidade da própria vida, liberdade e felicidade. A co-dependência leva a um sentido fatalista da vida, a viver com a contínua consciência de vítima, e é um estilo que marcou sociedades e suas respectivas religiões, como é o caso de certas características do judaísmo, cristianismo (latino, sobretudo) e Islam. Cf. B.MALINA, *El mundo social...* 148).

<sup>12</sup> As mulheres que não se adaptam ao modelo são consideradas anômalas e excluídas pela maneira diferente da normalidade predominante na própria sociedade. Os evangelhos contêm brechas de anomalias referentes à Maria (sua própria concepção de Jesus, os personagens presentes na genealogia de Mt, etc.).

<sup>13</sup> Cf. Mc 3,31-35 e par.; Jo 2,1-12.

<sup>14</sup> Desenvolvi essa hipótese no evangelho de Mc em "Cruzando fronteras, rompiendo estructuras. Estudio narrativo del itinerario de María de Nazaret en Mc". *EphMar* 52 (2002) 191-224.

<sup>15</sup> A reconstrução e interpretação dos evangelhos à luz da experiência pascal remetem a dados históricos, embora pequenos, que serviram de base.

<sup>16</sup> Cf. M. P. CARROLL, *The Cult of the Virgin Mary. Psychological Origins*, Princeton University Press, Princeton 1992. Em outro sentido (em referência ao pano de fundo das deusas no Mediterrâneo antigo), também pode-se consultar (S. BENKO, *The Virgin Goddess. Studies in the Pagan & Christian Roots of Mariology*, E.J.Brill, Leiden-New York-Köln, 1993).

<sup>17</sup> CARROLL examina, na primeira parte de sua obra, várias teorias explicativas dos começos cristãos do culto a Maria. Dentre elas, seleciona duas que podem ajudar a explicar o fenômeno do culto a Maria (nenhuma delas satisfaz plenamente, pois trata-se de um fenômeno muito complexo de que ainda permanecem vários fios soltos): a) o sistema de padroado e b) a relação entre a agricultura e a existência de deusas femininas em algumas delas, como Cibele e Isis, com quem Maria se assemelha em várias características. Nenhuma dessas teorias explica a peculiaridade que dissocia maternidade/virgindade das relações sexuais.

dência acerca de seu desejo compensatório, pois Maria se converteu muito depressa ao lado feminino de Deus, uma espécie de deusa que contrabalançava a forte masculinidade patriarcalizada de um Deus com demasia das projeções do varão mediterrâneo.

### 1. *A psicologia profunda e o culto a Maria*

A psicologia atual, especialmente a psicologia profunda (freudiana e junguiana), interpreta algumas características desta história fundamentando-se especialmente nas experiências entre as mães dessa cultura e seus filhos varões<sup>18</sup>.

Uma das tentativas mais sugestivas de dar uma explicação em que também se encontram as diversas ciências (sociologia, antropologia cultural e psicologia profunda), é a de Michael P. Carroll. Embora não solucione todos os problemas, e levante mais interrogações além das que já existem, apresenta alguma luz sobre certos dinamos que, entre outros, podem ter conduzido os e as cristãs a implantar, precocemente, certas características do culto a Maria que encontram apoio somente nas tradições evangélicas. Dessas explicações nos serviremos, também, para entender algumas características da inspiração mariana da maioria das congregações religiosas.

Este autor<sup>19</sup> aceita que nos povos do Mediterrâneo antigo se deu o que alguns autores e autoras têm chamado de *complexo de machismo*, já presente nos primeiros séculos de nossa era. Este complexo se entende como uma ideologia focalizada no varão que impele os homens a ser sexualmente agressivos, a vangloriar-se de suas habilidades sexuais e atributos genitais, e a dominar sexualmente as mulheres. O varão ideal é aquele que se encontra totalmente sob o controle de sua genitália. Este complexo é uma resposta compensatória a um conflito identificador primário, pois os varões têm uma identificação feminina primária (com a mãe), seguida por uma identificação masculina secundária (com o pai).

Este dinamismo psicológico aparece ligado a um tipo de família chamada de *família de pai-ineficaz* (*father-ineffective family*). A casa deste tipo de família está sob a autoridade e o poder da mãe (o âmbito do doméstico, porém sem sua representação pública). O pai é um pai ausente devido à marginalização econômica dos varões de quem se exige trabalhar fora todo o tempo<sup>20</sup>. Os filhos que crescem nela tendem a identificar-se inicialmente com suas mães (identificação feminina), mas, quando crescem, descobrem que a socie-

<sup>18</sup> Cf. CARROLL, *o.c.* e também pode se consultar I. GÓMEZ-ACEBO, *Maria, mujer mediterranea*, DDB, Bilbao 2001.

<sup>19</sup> Nessa linha seguem outros/as autores/as tanto de antropologia cultural como de psicologia: Saunders, A. Parsons, Freud...

<sup>20</sup> Não se pode esquecer que este tipo de sociedade delimita estritamente os espaços, privado e público, segundo os gêneros e seus respectivos papéis.

dade espera que atuem como varões com quem, no entanto, não convivem, e de quem não aprenderam o que significa ser um varão. A identificação primária feminina, e o desconhecimento do mundo masculino produzem neles uma identificação de gênero insegura, o que os leva a reagir compensatoriamente através de condutas masculinas exageradas. Certos autores chamam esta exagerada masculinidade de *complexo de machismo*. Este complexo se traduz, posteriormente, num modo de entender as mulheres e relacionar-se com elas; destacando-se a idealização do feminino e seu poder, em franca ambivalência com um desprezo pelas mulheres concretas<sup>21</sup> e um medo por tudo o que é feminino.

Segundo Carroll, este complexo aparece com mais força em zonas geográficas determinadas como Itália, Grécia, Espanha, em que, habitualmente, se encontra o tipo de família descrito acima (embora isso não signifique que se reduza exclusivamente às áreas do sul da Europa). A autoridade da mãe produz a identificação primária feminina dos filhos varões.

O autor aceita a distinção da A. Parsons entre identificação e apego sexual<sup>22</sup>. A identificação se refere aos processos em que se adota características do outro/a como próprias. O apego sexual, seguindo Freud, se produz quando um sujeito reveste seu

*objeto* de amor ou de atração. A. Parsons (em quem se apóia M. Carroll), estudando essas relações entre a classe trabalhadora de Nápoles (famílias de pai-nebuloso), descobriu que a ansiedade de castração se encontrava associada à identificação e apego sexual dos varões com suas mães. Esta característica é considerada de especial importância para explicar alguns dados da implantação do culto a Maria, pois a ansiedade de castração está relacionada com a rivalidade existente entre filho e pai, por causa da mãe, mais neste tipo de família que nas outras.

Carroll conclui que a relação dos varões (e o pai) com a agressividade sexual, nas áreas como as do sul da Itália e Espanha, deve ter tido como efeito intensificar o medo à castração dos filhos, o que, por sua vez, deve assegurar uma forte repressão do desejo sexual do filho pela mãe. Aceita que a estrutura familiar de *família de pai-ineficaz* intensifica o apego sexual fortemente reprimido dos filhos à mãe.

Com a ajuda da antropologia cultural e a psicanálise, Carroll aplica a teoria à origem psicológica do culto a Maria na tradição católica e, especialmente, em certas áreas latino-mediterrâneas, tanto nas mulheres como nos varões. O autor, apoiando-se na explicação psicanalítica do Édipo feminino e suas implicações psicológi-

<sup>21</sup> A linguagem grosseira e às piadas sexistas são a manifestação socialmente aceita deste desprezo.

<sup>22</sup> Cf. A. PARSONS, *Belief, Magic and Anomie: Essays in Psychological Anthropology*, Free Press, New York 1969.

cas, explica a devoção mariana das mulheres dentro da família de pai-desligado. Acredita que as mulheres são convidadas a imitar Maria como virgem mãe, se bem que o culto que desenvolvem é muito diferente ao dos varões. A forte identificação com a Virgem Maria leva as mulheres a cumprir vicariamente o desejo de contato sexual com o pai daquele que se recebe como filho.

É a mesma explicação freudiana que, segundo ele, explica igualmente o masoquismo que acompanha frequentemente o culto a Maria, por parte de varões e mulheres. Um intenso e fortemente reprimido desejo pela mãe suscita a necessidade de uma castração simbólica que, segundo Freud, é entendida como uma mutilação corporal de qualquer tipo. Se isso é verdade, devemos, então, esperar desses varões condutas masoquistas associadas ao culto a Maria. E, com efeito, existem estudos cujas conclusões chegam a dizer que a Maria oficial está retratada freqüentemente como uma figura benéfica de mãe, enquanto que certas lendas populares associam à Madona castigos brutais e violentos, manifestações de um soterrado masoquismo. Esse masoquismo, por sua vez, demonstra o desejo, reprimido pela mãe, de costumar expressar-se em mutilações físicas que manifestam uma castração simbólica. Isso se encontra

em determinados ritos religiosos da Itália e Espanha (os *fuggenti* italianos e as *auto-flagelações* espanholas). Quer dizer, registra-se uma alta correlação entre ritos religiosos de castigo corporal (masoquistas) e intensa devoção a Maria em certas regiões latino-mediterrâneas, mais físicas em varões, e mais psíquicas em mulheres. Cada estilo de vida cristã encontrou maneiras de expressar esse pano de fundo masoquista. Muitas das virtudes ascéticas, que chamamos cristãs, estão vinculadas a ele, como também um sentido de sacrifício e a abnegação que a VR tem mostrado com mais intensidade<sup>23</sup>.

Segundo a teoria freudiana, o excesso reprimido de energia sexual e agressiva dá origem, também, a grupos sociais de alta coesão, e que não são grupos familiares. É o que acontece, por exemplo, no mundo islâmico, em tantas coisas semelhante às *famílias de pai-ineficaz* da área latino-mediterrânea e que, no entanto, não produziu um culto a Maria ou a qualquer outra figura feminina parecida. A existência dos grupos de varões de alta coesão entre os muçulmanos explica por quê não existe um culto a Maria, nesta religião, semelhante ao que existe no cristianismo (católico). No entanto, como se explica que, sob a inspiração de Maria, criaram-se grupos de varões (e de mulheres) de alta coesão como são as congregações religiosas?<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> É muito interessante a reconstrução feita por Malina (*El mundo social...* cap. 3, especialmente 96-102 e 117-126) das cenas em que se pode entender a abnegação ou negação de si de que fala Jesus.

<sup>24</sup> Nas congregações religiosas masculinas do passado (ainda permanecem resquícios), normas e valores ditavam regras sobre a sexualidade, as mulheres, a vida comum entre os homens... muito semelhante, em seu funcionamento, aos grupos muçulmanos masculinos de alta coesão (separação

## 2. O modelo antropológico do padroado e o culto a Maria

Precisamos de explicações que cubram numerosos vazios que certas interpretações psicológicas não conseguem atingir<sup>25</sup>. Outro modelo que explica uma boa parte do culto a Maria é o padroado. Quer dizer, a relação cultural mediterrânea de patrão-cliente, exportada, desde o século XVI, a outros continentes, especialmente a América Latina e Caribe. Esse modelo de relação, ainda vigente em numerosos lugares do sul da Europa e do continente americano, tem as seguintes características:

- trata-se de relações verticais (tanto entre indivíduos, como entre rede de indivíduos), fundamentadas numa proeminente desigualdade entre patrões e clientes;
- encerram uma forte obrigação interpessoal e, por isso, são, também, relações fortemente vinculadoras;
- estabelecem-se entre pessoas de diferentes classes sociais, e têm como objetivo a obtenção de um favor, portanto, estão marcadas pelo *favoritismo*. O mesmo vocabulário empregado (bens, recompensa, graça, dom...) expressa essa marca;
- a obtenção de favores implica, tam-

bém, intercâmbio, reciprocidade. Os bens intercambiados costumam ser de naturezas distintas: algo material por algo não-material, bens em troca de honra e reconhecimento, etc. A reciprocidade correspondente à parte menos favorecida (mais pobre, necessitada, sem recursos...) exige freqüentes favores, não necessários nem desejados, de caráter cerimonial e ritual (títulos de tratamento, reserva de lugares, reverências...); essas relações costumam interpretar os vínculos gerados como laços de parentesco, e sua intensidade pode superar o parentesco de sangue (pai, especialmente)<sup>26</sup>.

Não é difícil reconhecer a relação dos/as cristãos/ãs, e de numerosos povos, com a figura de Maria sobre este modelo de relação. Não é em vão que ela é aclamada *Patrona* (e coroada como tal) na maioria de nossos povos mediterrâneos e latino-americanos. Maria é a patroa (e, sobretudo, intermediária<sup>27</sup>), cujo acesso aos bens e recursos (acesso a Deus e a seu poder em todos os níveis da realidade) motiva a adesão de seus fiéis, sua confiança, a petição de favores e benefícios em situações de dificuldade, assim como a forte lealdade,

---

total de sexos, idealização do feminino, percepção da condição perigosa, contaminadora e tentadora das mulheres, machismo...).

<sup>25</sup> Aproximamo-nos de um fenômeno que tem diferentes dimensões, e nenhuma ciência nem modelo explicativo podem pretender cobrir a totalidade. De qualquer maneira, me reservo uma séria crítica às interpretações psicoanalíticas em curso... Existem outras correntes psicológicas que podem se aproximar com mais rigor dos fenômenos e movimentos da antiguidade.

<sup>26</sup> Para toda esta parte, me fundamento no cap. 6 de B. MALINA, *El mundo social...*, 183-199 especificamente. Também se pode consultar B. MALINA, *El mundo del Nuevo Testamento*, o.c.

<sup>27</sup> Para o papel intermediário no mundo mediterrâneo, MALINA, *El mundo social...* 193ss.

reconhecimento e resposta de reciprocidade em honra, louvor, *sacrifícios*, culto, ereção de templos... por parte de seus fiéis devotos/as.

Sobre o alicerce deste modelo, também não é estranho ser aclamada e reconhecida como a Mãe por excelência, o paradigma do materno, inculcado basicamente pela experiência materna própria dos varões, pois foram eles que deram forma, estrutura e legitimidade à religião cristã ao longo dos séculos da história do Ocidente.

### 3. *A inspiração mariana da vida consagrada*

A maioria das ordens e congregações religiosas, monásticas e de vida ativa, tem uma forte inspiração mariana. Essa inspiração é mais acentuada no caso de fundadores do que no de fundadoras. Os modelos antropológico e psicanalítico podem responder a alguns mecanismos desse fenômeno, dentro de um grupo corporativo, como é a Igreja, já que ela ocupa o papel já descrito como mediadora das relações de padroado.

Não obstante, em vez de nos remeter às origens das diferentes congregações (haveria de estudar a cada fundador/a em particular), consideramos mais interessante observar quanto do todo o que foi dito perdura, pois ele nos conduzirá a estabelecer um contraste com as características culturais atuais. Podemos enumerar algumas:

- Dentro de nossas instituições, espe-

cialmente nas femininas, tende-se a perceber e tratar as pessoas, como acontecia na antiga sociedade mediterrânea, mais em função de seu papel que do nome próprio. Com frequência, no fundo, a permanência dessa atitude projeta a imagem de Maria, mais como mãe do que como discípula seguidora de Jesus, por causa de sua fé livre e pessoal. Nós, religiosas, não nos libertamos deste estereótipo da mulher mãe/virgem, fundamentado neste modelo social anacrônico, como frequentemente nossa linguagem deixa transparecer, a maneira como nos percebemos e nos relacionamos entre nós, a persistência de uma relação dependente dos varões (como varões ou pelos papéis que atribuímos a seu gênero) e a ideologia patriarcal que transmitimos. Os religiosos continuam percebendo as mulheres baseados neste mesmo padrão, de forma que não conseguem estabelecer relações paritárias com elas. O tratamento se parece muito com o dos varões da sociedade mediterrânea antiga: ambivalente, protecionista, com complexo de superioridade, idealizado, concessivo e, definitivamente, *machista*. Numerosas religiosas, apoiando-se na devoção a Maria, sustentam e reforçam diariamente este machismo tanto no interior das próprias congregações, como fora delas, no trato, educação... que proporcionam às crianças, adolescentes e jovens<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> A partir dessa perspectiva sócio-antropológica e psicológica, tem um grande valor documental o estudo das celebrações marianas: linguagem, expressões e gestos, tratamento, cantos...

- Onde ficaram os elementos contraculturais que a figura de Maria contribui nos evangelhos? Como é que a vida religiosa, cujo sentido se define, em grande parte, por sua condição profética e contracultural, dificilmente ajusta os papéis de mulheres e de varões aos aspectos marianos tão importantes, como sua profecia, pré-figuradora da condição profética de Jesus e outros semelhantes? Como não modelou suas estruturas, linguagem, capacidade de inculturação à luz do pano de fundo da trajetória de fé que se encontra nos diferentes evangelhos? Como não conseguiu internalizar a mudança no sinal e sentido da maternidade assumido por Jesus, e que nos é transmitido pelos evangelhos?<sup>29</sup> Uma parte já foi respondida quando se teve em conta a maneira como se construiu a história eclesial com Maria, mas, certamente, o tipo de grupo que é a VR poderia ter contestado criativamente o modelo geral, convertendo-se em recordação ou memória de aspectos marianos do Evangelho esquecidos ou marginalizados.
- Observamos uma segunda característica: o fortalecimento da co-dependência própria das relações in-

terpessoais das antigas sociedades mediterrâneas com que Maria teve que enfrentar, graças aos questionamentos de seu filho Jesus. Nós, religiosas, e, em menor escala, os religiosos, continuamos sendo um dos grupos atuais mais co-dependentes que existem<sup>30</sup>: não é bem visto pensar por si mesma/o, expressar as próprias diferenças diante do grupo ou comunidade. Entre as religiosas, existe, ainda, muito fatalismo, muito "espírito de sacrifício" apreciado e sancionado pela maioria, e, sobretudo, frequentemente, delegamos demais nossa liberdade, o esforço de pensar, a própria felicidade, nas mãos de outras pessoas, circunstâncias, autoridades, instituições... com as conhecidas conseqüências compensatórias negativas para a pessoa que as sofre e para aquelas com quem convive.

- As virtudes ou valores que ainda predominam são as mesmas, ou muito parecidas com as que predominavam na sociedade de Jesus nas mulheres dignas ou honoráveis. Nós, religiosas, continuamos sendo, também aqui, (em estreita relação com o anterior) *amáveis, dóceis, pacientes, submissas, humil-*

<sup>29</sup> Esse é um dos sinais que manifestam o etnocentrismo de nossas leituras e interpretações dos evangelhos, pois traduzimos nossos conceitos e interpretações do que entendemos por maternidade ao que se entendia no contexto mediterrâneo antigo e, por isso, não conseguimos captar a garra contracultural positiva e sugestiva das mudanças produzidas por Jesus e seu Projeto ou Reinado de Deus.

<sup>30</sup> Inclusive as mal-denominadas *donas de casa* (em realidade, são pessoas desempregadas) questionam cada vez mais sua própria co-dependência, talvez porque se sentem mais permeáveis aos valores sociais emergentes, enquanto que na VR se continua fomentando valores que estimulam os vestígios co-dependentes.

*des, modestas, silenciosas, obedientes, que aceitam o sofrimento prolongado, caridosas, prudentes, compassivas, puras e generosas,* mulheres ideais para um patriarcado que encontra em nós seu verdadeiro braço forte. São os valores que nos acostumamos a inculcar em nossas alunas e, com esses valores, aqueles que nos apóiam, varões e mulheres reforçadores do patriarcado. As cenas evangélicas sobre Maria, o mesmo caminho de Jesus, coloca em interdição este modelo honorável de mulher, e re-coloca muitas dessas virtudes ou valores num marco interpretativo que lhe dá significados novos, inclusive, contraculturais. Não nos esqueçamos de que não se pode entender Maria separada de Jesus, de sua proclamação do Reino, de suas ações e de todo seu caminho que culmina na Ressurreição por Deus.

### **III - Maria na atual cultura ocidental**

Se a figura de Maria, que prevalece no imaginário da VR masculina e feminina, continua estando aderida a modelos culturais obsoletos ou em mudança; se a cultura em que ela surgiu e a história que a modelou de um modo determinado já passou, como é

e quais são os perfis antropológicos que descrevem a sociedade e cultura atual globalizada, de tal forma que podemos inculturar a VR e a figura de Maria nela?

A globalização inclui numerosas características vindas de uma cultura que, em muitos aspectos, se encontra nas antípodas da antiga sociedade mediterrânea israelita, e, portanto, ocidental. Essas características pertencem a duas questões, o individualismo e o feminismo<sup>31</sup>.

#### **1. Sociedade globalizada de eu individualista**

A globalização<sup>32</sup> mais patente em nosso mundo é a econômica. A vida, cada dia mais, se administra pelos princípios da produção e consumo de bens. A pessoa individual, a família, as relações interpessoais e grupais, as instituições e estruturas de todo tipo, estão profundamente impelidas pelo fluxo da economia. A organização dos povos, as possibilidades de vida em quantidade e em qualidade, a política, a paz e a guerra, a religião, a vida social, se vêm condicionadas pelos fatores econômicos, de modo que, mesmo querendo, não podemos nem devemos nos esquecer da economia.

Uma das causas e efeito desta situação é, sem dúvida, a concepção in-

<sup>31</sup> Nenhum desses termos estão sendo estudados de forma negativa, mas em referência a tendências e movimentos que suscitaram mudanças de longo alcance, a partir do século XVIII ocidental. Sobre o contexto em que se pode entender uma concepção positiva do individualismo ocidental em relação aos direitos humanos, é muito interessante J.A. MARINA e M. DE LA VÁLGOMA, *La lucha por la dignidad*, Anagrama, Barcelona 2000.

<sup>32</sup> Não considero necessário entrar neste assunto já que esta revista lhe dedicou um número no momento de apresentar a globalização como tema monográfico.

dividualista do eu pessoal<sup>33</sup> e, por conseguinte, a concepção do sujeito como cidadão de direitos e obrigações. Entende-se o sujeito como alguém que orientará sua vida em função de uns objetivos e interesses pessoais que o levarão a ter êxito ou a fracassar em sua auto-realização. Se este sujeito entra em conflito com algum grupo com quem vive, ou em que se desenvolve, a sociedade reconhece seu direito de colocar seu próprio bem à frente do grupo. Pode-se pensar nas famílias, ou nos grupos de amizade, ou na equipe de trabalho, ou nas instituições e grupos sociais, religiosos, de qualquer tipo. Já que cada um/a pensa de forma parecida, pode-se estabelecer regras que regulem os conflitos, de modo que dar preferência ao próprio bem não prejudica o bem dos demais indivíduos. Fica claro que não é, em absoluto, a percepção do eu própria de sociedades como a mediterrânea do tempo de Jesus, em que era o grupo que prevalecia sobre os diferentes indivíduos.

Nesta nossa sociedade, um dos objetivos básicos compartilhados é atingir o bem-estar ou a felicidade individual, que passa pela aquisição de recursos e habilidades permitindo ao sujeito independentizar-se, sobretudo

do economicamente. Esta independência lhe oferece liberdade de escolha, mesmo sendo restringida, e, pelo menos, teoricamente, igualdade e possibilidade de relações recíproca paritárias e democráticas. Também o sobrecarrega com as obrigações e responsabilidades sociais implícitas, especialmente no que se refere a rendimento e sucesso que se apóia na consecução de conquistas. O bem-estar pessoal inclui as relações afetivas e sexuais mais orientadas para a própria satisfação do que para a procriação como contribuição valiosa para o grupo. Nesta sociedade, a estabilidade não é considerada um valor por si mesma, mas, pelo contrário, valoriza-se mais a mobilidade e a mudança<sup>34</sup>.

A socialização, nesta cultura, implica uma forte diferenciação psicológica a respeito dos outros. A individualização é mal vista, pois repercute no que entendemos por uma falta de identidade e de personalidade. Como se pode ver, é muito diferente do que ocorria no tempo e lugar da vida de Maria, em cuja sociedade de eu coletivista, o rejeitado e suspeito seria justamente ter uma personalidade muito diferenciada, já que iria em detrimento da identidade do gru-

<sup>33</sup> No mundo antigo do Mediterrâneo, pelo contrário, encontramos um eu coletivo que se concretiza numa sociedade coletivista.

<sup>34</sup> O valor das viagens mudou de significado nos últimos decênios nesta sociedade. Já não se trata de um valor estritamente vinculado às possibilidades econômicas, pois qualquer pessoa (mais velha, madura, jovem), inclusive com poucos recursos, pode encontrar maneiras de mobilidade geográfica através de intercâmbios, convites, bolsas, etc. A mobilidade geográfica é um valor associado à curiosidade cultural, à necessidade de intercâmbio pessoal, à amizade, ao trabalho, ao desejo de partilhar, à solidariedade, e justiça, ao descanso...

po. Em nossas sociedades de eu individualista, em regra geral, não se espera que o grupo favoreça identidade ao sujeito, pois este irá construindo-a a partir de diferentes grupos de pertença a quem, no entanto, não se sentirá tão vinculado como estavam os sujeitos nos tempos de Maria. Nas sociedades mediterrâneas antigas, o forte sentido de pertença ao grupo (parentesco, povo, clã...) era correlativo ao grau de dependência e segurança que lhe oferecia o mesmo grupo. Nas nossas, pelo contrário, o sentido de pertença aos grupos está mais marcado por necessidades emocionais, ou então, por objetivos e conquistas comuns, e, quando não são essas as motivações de vinculação, a pertença, geralmente, é fraca.

A VR foi, em outros momentos da história, um grupo que deu identidade a seus membros e que, semelhante ao que acontecia nas sociedades pré-industriais mediterrâneas, estimulava a ausência de protagonismo e de diferenciação individuais em favor do protagonismo do grupo. Uma das sustentações eram as virtudes de Maria, consideradas, neste mesmo sentido, como discrição, colocar-se num plano secundário e silencioso... Neste momento da história, é difícil dizer que este perfil vai atrair para o seguimento de Jesus, mesmo que, paralelamente, estejamos estimulando a personalização, procurando que nossos companheiros e companheiras de

comunidade desenvolvam uma personalidade forte, afirmada e individualizada. Por coerência e necessidade de inculturação, a VR deve buscar aquelas facetas de Maria que ajudem neste sentido do eu individualista.

Mesmo a percepção da ação de Deus mudou. Esse deixar que Deus tenha o protagonismo não se entende, agora, da mesma maneira... e choca dizer que somos seus instrumentos, pois os direitos humanos valorizam o ser humano como fim em si mesmo, punindo tudo o que seja utilização da pessoa. A VR tem que tomar cuidado com o vocabulário com que expressava a ação de Deus através de Maria de quem, já dissemos várias vezes, era um simples (e passivo) instrumento nas mãos de Deus. Deus age através de cada um, mas respeitando cada sujeito, valorizando-o e amando-o em sua individualidade...

Os evangelhos distinguem Maria<sup>35</sup>. A análise narrativa de alguns textos, como por exemplo, os lucanos (a cena da vocação de Maria) mostra dados contraculturais em relação ao preconizado pela cultura. Certamente, ela é diferente e diferenciada, com seu nome próprio pela recomendação de Deus, o que tem a ver com o papel materno, mas o relato evangélico coloca em relevo que é a fê, e não a condição materna, que prevalece no caminho de Maria. Ela é proclamada, primeiro, bendita por ser mãe, mas, no final, feliz *porque acreditou* (Lc

<sup>35</sup> Esta distinção é mais importante ainda se pensamos no pouco espaço narrativo que ela ocupa, em relação com outros personagens como Pedro, por exemplo.

1,45)<sup>36</sup>. A fé somente pode produzir-se ali onde o ser humano é livre. A liberdade, portanto, é outro perfil que podemos recuperar de Maria como estímulo e modelo para quem vive na VR.

## **2. Sociedade globalizada cujas mulheres questionam o patriarcado**

As sociedades pré-industriais não questionavam sistematicamente o patriarcado, pois este formava a mesma trama social e cultural. Este tipo de sociedade não poderia ter existido sem sua conformação patriarcal. A sociedade globalizada e de eu individualista se caracteriza pelo questionamento mundial do patriarcado, inclusive se o sistema econômico que a alimenta e reforça busca desesperadamente alianças para salvá-lo (depende tanto dele!). Nesta sociedade de direitos e obrigações, igualitária (pelo menos, em seus princípios) e de tendência democratizadora, as mulheres se concebem a si mesmas como cidadãs, niveladas aos cidadãos varões<sup>37</sup>.

As mulheres se definem a si mesmas, cada vez menos, pelos papéis derivados de sua sexualidade (virginidade, matrimônio, maternidade), diferente do que acontecia na época e sociedade de Maria. Isto faz com que

a mesma concepção e prática do celibato da VR esteja em revisão. Também, para as mulheres desta sociedade de eu individualista, é fundamental adquirir independência econômica e social, liberdade de escolha em todos os níveis, e aquisição de habilidades e recursos para sua realização pessoal, nos diferentes setores da vida. Aspectos que se referem à concepção e prática da solidariedade (pobreza) evangélica da VR. O feminismo continua questionando as raízes patriarcais desta sociedade, e lutando solidariamente pela libertação das mulheres que, no mundo, ainda não atingiram o estatuto de sujeito de direitos em igualdade com seus pares varões. Neste âmbito, os valores e virtudes que as mulheres procuram, e a sociedade aceita, se colocam, cada vez mais, nas antípodas dos que estava vigente na sociedade mediterrânea do tempo de Maria. Os fins, como ocorre com os varões, se orientam para a consecução da satisfação pessoal e a própria realização. Luta-se por desterrar a co-dependência, e por elevar a maltratada auto-estima, fruto da história, fazendo dela uma arma política.

As mulheres querem ser felizes, superar o complexo de vítima e a tendência sacrificial herdada do passado,

<sup>36</sup> Esta mesma ordem permanece ao longo do Evangelho, primeiro se menciona sua maternidade para acabar inscrita, como segunda conclusão (a importante e definitiva) como mais feliz *porque escuta a Palavra e a pratica* (Lc 11,27-28).

<sup>37</sup> Em quem consiste esta cidadania, e como se gerencia no meio de grandes e escandalosas desigualdades é outro tema em que não podemos entrar, nem de maneira geral, nem com relação às mulheres. No entanto, é um tema de enorme importância, e a ele dedicamos pouco estudo e reflexão.

buscam o poder e o reconhecimento de sua autoridade, e podem entrar no mundo público com as mesmas regras com que se regem os varões. Nada disso poderia ser imaginado na sociedade em que se criou, cresceu e se realizou a vida de Maria... E a concepção e prática do discernimento evangélico (obediência) são atingidas por esses esforços. Assim, Maria não pode ser invocada do mesmo modo para sustentar e apoiar um significado anacrônico dos votos religiosos, quando, paralelamente, buscamos linguagem, modelos de interpretação e práticas que indiquem formas de melhor inculturação de experiências.

No entanto, como afirma a antropóloga Marcela Lagarde, a situação real da maioria das mulheres se desenvolve no *sincretismo de gênero* que se caracteriza, em parte, pela falta de valorização pessoal, a insegurança, o medo, a auto-desconfiança, a dependência vital de outros e, paradoxalmente e ao mesmo tempo, pela segurança, a auto-valorização, a confiança nas capacidades, habilidade, saberes e qualidades próprias, a autonomia e a liberdade. Deste paradoxo emerge uma experiência vital dividida e cheia de contradições que se manifesta, também, paradoxalmente, num aumento da força e capacidade de resistência<sup>38</sup>. Viver assim não exige menos.

Diante deste panorama social, cul-

tural e antropológico, pode a VR permanecer encerrada numa imagem de Maria defasada e patriarcal, descrita a partir de valores que se encontram nas antípodas do que buscamos, hoje, mulheres e varões? Alguém poderá objetar que é muito azar os valores evangélicos não coincidirem com os valores socialmente em vigor, hoje... a isso se pode responder a partir do que tentamos fazer neste trabalho, mesmo de maneira sintética e orientadora: a) situar Maria em seu contexto e tentar entender o espírito de tudo o que foi dito sobre ela; b) observar e compreender o mundo e a cultura em que vivemos, tentando captar o que há de mais valioso nela e os anseios não ditos que se encontram escondidos; c) procurar aqueles valores evangélicos vinculados direta ou indiretamente com Maria que se encontram mais em sintonia com o que estão vigentes, hoje, e explorar as possibilidades daqueles que eram e continuam sendo positivamente contraculturais.

### 3. *Maria na VR inculturada da sociedade globalizada*

Falamos da globalização a partir de seus fundamentos, em seu sentido mais positivo e desafiador. Continua custando muito esforço à instituição da VR inculturar-se de verdade neste nosso mundo, embora não lhe falem tentativas. No esforço de olhar para frente, no caminho de refundação que

<sup>38</sup> Cf. M. LAGARDE, *Claves feministas para a autoestima de las mujeres*, ed. Horas y Horas, Madrid 2000, em especial os primeiros capítulos de caráter antropológico.

muitas congregações têm empreendido, é Maria uma figura necessária e/ou conveniente em nossas congregações? E, como nos perguntávamos no começo, pode continuar sendo um modelo para religiosas e religiosos de hoje e de amanhã?

Primeiro, temos de pensar de qual Maria estamos falando. Possivelmente, a figura que predominou no cristianismo ocidental não pode mais ser invocada acriticamente como modelo antropológico válido, pois o modo com que foi apresentado corresponde a um paradigma humano do passado, especialmente para as mulheres. Esta Maria calcada num molde de mulher mediterrânea de sociedades pré-industriais, reforçadora de um patriarcado a que podemos atribuir tantas injustiças estruturais e tantas marginalizações, não parece a mais indicada para estimular o seguimento de Jesus no futuro.

Também não nos ajuda o modelo pátrio-cliente como maneira específica de entender Maria como intermediária ou intercessora, quando, neste sentido, nossa sociedade mudou muito em relação à mesma experiência religiosa e tipo de relações, quando o acesso aos recursos já não depende do favoritismo ou beneficência, mas se motiva e estimula a autonomia (solidária num contexto de fé cristã) para buscar e utilizar os recursos à nossa disposição.

Não podemos ignorar essa Maria que caracteriza a co-dependência, o lado de vítima e sacrificial, a negação de

um eu coletivista (tão distinto do eu individual), definida pelos papéis derivados de sua sexualidade, e à sombra das figuras masculinas, inclusive as divinas.

Ao contrário, a VR parece pedir a Maria que aparece nos evangelhos como princípio de humanidade nova, como um modo de ser pessoa no estilo de Jesus, de desejo profético; livre para viver uma fé que sofre momentos de obscuridade e crise, assim como momentos de grandes alegrias; uma mulher audaciosa e decidida, com palavra e decisão próprias, capaz de mudar o rumo de sua vida e suas crenças quando acontece em sua história um paradigma novo (o Reino de Deus). Dela podemos resgatar tudo aquilo que, na apresentação dos evangelistas, a transforma em tipo e figura da história de seu povo, dos personagens masculinos e femininos do passado israelita. E podemos explorar e resgatar, igualmente a partir do realizado em e por Jesus, os traços que ela vem prefigurando dele e de seu destino.

Maria não pode continuar sendo, na VR, uma figura criada e sustentada pelas compensações de gênero em varões e mulheres, mas deve ser aquela figura de nossa fé, aquele modelo humano descoberto e assumido pelos seus valores, sobretudo aqueles com que a sociedade atual se mostra mais sensível (solidariedade, justiça, liberdade, personalização, coragem, fé, resistência...).

E, por último, Maria não pode continuar sendo utilizada como baluarte

que reforça o patriarcado, mas, pelo contrário, como uma figura cristã de primeira linha que, pelo seguimento de Jesus e sua adesão ao Projeto, o Reinado de Deus, se compromete com as transformações estruturais de nossa realidade<sup>39</sup>.

Tradução: Ir. Cléa de Castro Neves,  
RSCJ

Endereço do autor:  
HH Mercedarias de la Caridad  
MANIPA, 72  
28027 - MADRID - España

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- A partir da sua experiência como você descreveria os principais traços antropológicos que configuram a sociedade e a cultura atual globalizada?
- 2- A leitura meditativa do texto provocou em você questionamentos sobre dimensões e aspectos da espiritualidade mariana, tal como é vivida no seu contexto? Quais?
- 3- A autora afirma que a Vida Religiosa tem que ser "memória de aspectos marianos do Evangelho esquecidos ou deixados à margem". Na sua opinião, quais são esses aspectos "esquecidos ou deixados à margem"?

**“Nós, religiosas, continuamos sendo, também aqui, (em estreita relação com o anterior) amáveis, dóceis, pacientes, submissas, humildes, modestas, silenciosas, obedientes, que aceitam o sofrimento prolongado, caridosas, prudentes, compassivas, puras e generosas”**

<sup>39</sup> Com efeito, o Reinado de Deus não tem umas implicações políticas, mas, sim, é decididamente político, já que procura a transformação (reforma) das estruturas e instituições da religião judaica.

# Três dimensões constitutivas da Vida Consagrada, à luz do relato da aparição do Ressuscitado aos discípulos em Jo 21,1-14

ÁLVARO BARREIRO

## Introdução

Apresentamos neste artigo, na forma de uma leitura orante do texto, o relato da primeira manifestação do Jesus ressuscitado aos discípulos na Galiléia segundo o Evangelho de João. Nossa apresentação, dividida em quatro pontos, se concentrará em três aspectos especialmente enfatizados no texto evangélico: 1) a experiência do encontro pessoal com Jesus, 2) a comunidade e 3) a missão. Essas três dimensões, por serem constitutivas da existência cristã, têm de ser vividas – de uma ou outra forma – por todos os que quiserem ser discípulos de Jesus. Elas são, porém, particularmente importantes para os cristãos que optaram por seguir Jesus na Vida Consagrada. Por isso, julgamos que o tema deste artigo tem um interesse especial para os leitores e leitoras da revista *Convergência*.<sup>1</sup>

## 1. Sem Jesus, o trabalho da comunidade não dá frutos.

*<sup>1</sup>Pouco depois, Jesus manifestou-se novamente aos discípulos, às margens*

*do mar de Tiberíades. Manifestou-se assim: <sup>2</sup>Estavam juntos Simão Pedro e Tomé, chamado Gêmeo, Natanael, que era de Caná da Galiléia, os filhos de Zebedeu e dois outros de seus discípulos. <sup>3</sup>Simão Pedro lhes disse: «Vou pescar.» Eles lhe disseram: «Vamos nós também contigo.» Saíram e subiram ao barco e, naquela noite, nada apanharam.*

## *Os discípulos saíram para trabalhar juntos.*

João, ao contrário de Marcos, não fala da debandada dos discípulos depois da tormenta da Paixão (cf. Mc 14,27; Mt 26,31). Em 21,2 é dito que sete deles estão de novo juntos, na Galiléia. Reagem à tentação da tristeza, do desânimo e da dispersão permanecendo juntos e trabalhando juntos. «Sete», como «Doze», é o número simbólico da totalidade determinada. Neste caso, o número simboliza a Igreja; mais particularmente, a Igreja realizando sua missão (cf. a missão dos setenta em Lc 10,1-17 e a escolha dos sete diáconos em At 6,2-6). No versículo seguinte é descrita a parti-

<sup>1</sup> Para não ultrapassar o tamanho padrão dos artigos da revista, não apresentamos no início do nosso texto as orientações metodológicas para fazer uma leitura orante do texto evangélico que comentamos. Os interessados podem ler essas orientações no Capítulo 8 do nosso livro *Manifestou-se assim. Encontros de Jesus ressuscitado com os discípulos*, cuja publicação, pelas Edições Loyola, está prevista para o mês de junho.

cipação de todos na pesca; e depois da realização da missão, todos participam da refeição com o Senhor.

Os nomes dos discípulos (Pedro, Tomé, Natanael e os dois filhos de Zebedeu), evocam no ouvinte ou leitor do texto cenários anteriores da história da relação deles com Jesus. Três anos antes, nesse mesmo lugar, Jesus viu Simão e seu irmão André lançando as redes, viu também Tiago e seu irmão João consertando as redes no barco; ele os chamou e eles o seguiram (Mc 1, 16-20). Pelo menos quatro dos sete discípulos que estão agora juntos pertencem ao grupo dos cinco primeiros discípulos que, segundo o Evangelho de João, foram chamados por Jesus logo depois do batismo no rio Jordão (cf. 1,35-51).

A iniciativa de Pedro de sair para pescar é imediatamente secundada pelos outros discípulos, três dos quais, pelo menos, eram pescadores de profissão. O apoio dado pelos companheiros ao convite de Pedro não fica só no nível das idéias e das palavras, mas é traduzida em ação: sobem todos no mesmo barco. Na cena descrita no v. 3, no qual predominam os verbos de movimento: «vou... vamos... foram... saíram... subiram...». Uma das características de uma verdadeira comunidade de discípulos de Jesus é a união e colaboração de todos no trabalho.

Depois de contemplar sucessivamente as cenas do relato da pesca, e mais particularmente os símbolos ("barco", "rede", "sete" etc.) que acentuam a dimensão missionária da Igreja, reflitamos sobre nossas práticas comunitá-

as e sobre nosso compromisso missionário. O decreto *Ad gentes* do Concílio Vaticano II diz que a Igreja "é missionária pela sua própria natureza". Que lugar ocupam a missão, o anúncio e o testemunho do Evangelho aos que ainda não o conhecem, na nossa vida cristã e na vivência de nossa vida consagrada? Como acolhemos as iniciativas nesse sentido?

### *Naquela noite, nada apanharam*

Depois de subirem no mesmo barco para trabalharem juntos na mesma missão, os discípulos perseveraram no trabalho a noite inteira. Trabalham sem parar, acolhem as sugestões ora de um ora de outro, cooperam todos com a maior boa vontade. A amizade, a co-responsabilidade e a verdadeira comunhão entre os membros de uma comunidade mostram-se sobretudo quando todos perseveraram nos trabalhos difíceis, mesmo que os resultados não apareçam e a escuridão da noite se prolongue. Apesar do esforço de todos, "naquela noite, nada apanharam". O fracasso foi total. Quantas vezes os discípulos terão repetido ao longo da noite expressões equivalentes ao nosso ditado: "O mar não está prá peixe!" Detenhamo-nos na contemplação do cansaço e do desânimo dos sete, ouçamos seus comentários e as referências que certamente foram feitas à ausência de Jesus.

Depois de ter contemplado a cena, refletamos sobre nós mesmos. Para que a missão que nos foi confiada pelo Senhor produza frutos, não basta estar juntos e trabalhar juntos, não basta a boa vontade, a dedicação ao trabalho

e a colaboração; é também necessária, é imprescindível a presença do Senhor. Afastados de Jesus, «à margem de Jesus», não podemos fazer nada (cf. 15,5). Podemos varar os dias e as noites trabalhando sem parar; se não estivermos na companhia de Jesus, não conseguiremos nada. Sem a presença daquele que é a luz do mundo (Jo 9,4s.), sem a escuta de suas palavras e sem a obediência a elas, a missão da Igreja, simbolizada pela pesca, será totalmente estéril.

## **2. Com a presença de Jesus, a missão dá sempre muitos frutos**

<sup>4</sup>Ao amanhecer, Jesus estava de pé na praia. Mas os discípulos não sabiam que era Jesus. <sup>5</sup>Então Jesus lhes disse: «Moços, tendes algo para comer?» Responderam-lhe: «Não!» <sup>6</sup>Disse-lhes: «Lançai a rede à direita do barco e achareis.» Lançaram então, e não tinham mais força para puxá-la, por causa da quantidade de peixes.

### ***Jesus vai ao encontro dos discípulos***

O Ressuscitado vai ao encontro dos discípulos quando estão trabalhando juntos. Estar com os companheiros, participar de suas atividades, pôr a serviço da comunidade os carismas que cada um recebeu, mesmo quando as situações de escuridão e de aridez se prolongam, é condição necessária para ouvir a voz do Senhor, para fazer a experiência do encontro com ele, para sentar-se à mesa com ele e para receber dele o pão da comunhão. Da experiência do encontro com o Senhor faz parte, portanto, partir e repartir,

junto com os “companheiros” (palavra que etimologicamente significa “os que partilham do mesmo pão”), o pão da missão. Esse pão é para aqueles que o recebem “o viático”, isto é, o alimento e a força para o caminho da missão.

O relato da aparição na beira do lago de Tiberíades, caracterizado na primeira frase como uma «auto-manifestação» de Jesus, tem semelhanças com o relato lucano da aparição aos dois discípulos de Emaús. Em vez do símbolo do «caminho», aqui temos o «mar», que simboliza as dificuldades, as ameaças e os perigos. No relato lucano Jesus aproxima-se dos discípulos e caminha com eles; «seus olhos, porém, estavam impedidos de reconhecê-lo» (Lc 24,15-16). No relato joanino, Jesus está também muito próximo dos discípulos, a menos de cem metros do barco, «mas os discípulos não sabiam que era Jesus» (v. 4). A mesma expressão é usada no relato da aparição à Madalena: «Não sabia que era Jesus» (20, 14).

Os dois relatos mostram que o Senhor está sempre muito próximo dos seus discípulos, mesmo quando aparentemente está ausente. No relato de Lucas, Jesus vai ao encontro dos discípulos e caminha e conversa longamente com eles, quer saber quais são as causas de sua tristeza e de sua falta de esperança. No relato de João, o Ressuscitado toma também a iniciativa de ir ao encontro dos sete discípulos: «Ao amanhecer, Jesus estava de pé na margem», e de puxar a conversa com eles: “Moços, tendes algo para comer?”.

Detenhamo-nos na contemplação da cena. O Ressuscitado está de pé, na beira do lago, olhando para os discípulos que estão na barca, cansados e frustrados depois de ter trabalhado a noite inteira e não ter pescado um só peixe. A forma verbal usada no texto: "Jesus estava de pé na praia" sugere que Jesus vinha acompanhando com seu olhar amoroso o trabalho dos discípulos. Mas eles, por causa do desânimo e da "desolação", não o viam.

Contemplemos como a luz do sol, primeiro indireta e depois cada vez mais forte, vai definindo os contornos da figura daquele que é a Luz do mundo e que agora está de pé na beira da praia. Contemplemos o rosto no qual brilha a glória do Pai. Contemplemos, mais particularmente, os pés banhados pela espuma das ondas. São os mesmos pés que caminharam tantas vezes sobre essas mesmas areias e que percorreram tantos outros caminhos fazendo o bem a todos (At 10,38); são os mesmos pés que, na cruz, foram atravessados pelos cravos e que, na manhã da ressurreição, caminharam pelo jardim para ir ao encontro de Maria Madalena e que foram abraçados por ela; os mesmos pés que, na tarde daquele mesmo dia, percorreram o caminho de Emaús para iluminar os olhos e fazer arder o coração dos dois discípulos que estavam envolvidos pelas trevas e endurecidos pela dor e pela tristeza.

Jesus manifestou-se aos discípulos que tinham passado a noite inteira pescando, «ao amanhecer»: «Ao amanhecer, Jesus estava de pé na margem». Repitamos e ruminemos essa frase até

ficarmos saciados com o sabor de sua substância. A presença de Jesus, que se autodefiniu como «a luz do mundo» e «a luz da vida» (8,12; cf. 9,5; 12,35-36), é incompatível, em longo prazo, com a noite. Aquele que é a Luz traz consigo o fim da noite, de todas as noites, também das nossas «noites escuras». Jesus, que ressuscitou na madrugada do primeiro dia da semana, é o nosso amanhecer; é o «Sol invicto» que traz luz e calor para nossos dias; «a luz que vem do Oriente» é o Oriente que orienta todas as dimensões de nossas vidas.

Até Jesus se manifestar, estamos nas trevas, desorientados, perdidos; quando ele se manifesta, ilumina a escuridão e torna fecundo nosso trabalho. Quando Jesus vem ao nosso encontro e se manifesta a nós, à «noite escura», à noite do «silêncio de Deus», às noites da desolação, da impotência humana, dos esforços aparentemente inúteis, segue o amanhecer, a luz que vence as trevas do pecado e da morte, o novo dia que não terá fim. Um provérbio sefardita diz que a hora mais escura é a que precede à aurora. Se "ao amanhecer", quando a aurora chegar, formos envolvidos pela presença luminosa do Ressuscitado, vale a pena passar pela noite mais escura.

### ***A obediência às palavras de Jesus opera milagres***

A iniciativa do diálogo foi de Jesus. Da beira do lago, gritando para poder ser ouvido, pergunta aos pescadores: «Moços, tendes algo para comer?» Je-

sus sabia muito bem que não tinham pescado um único peixe. Mas lhes faz a pergunta porque a resposta vai obrigar os discípulos a reconhecer sua total impotência quando trabalham sozinhos. Eles respondem de fato à pergunta do desconhecido com um seco, monossilábico e certamente mal-humorado «Não!». Resposta, aliás, perfeitamente compreensível. Cansados e aborrecidos depois de uma noite inteira de labuta inútil, não estavam a fim de conversa com estranhos. Não obstante a resposta mal-humorada dos discípulos, Jesus continua o diálogo à distância com eles. Ousa, inclusive, dar-lhes um conselho: «Lançai a rede à direita do barco e achareis». Depois de terem lançado a rede a noite inteira em todas as direções possíveis, à direita e à esquerda, na proa e na popa, a ordem dada pelo desconhecido só podia ser interpretado por eles como uma gozação de mau gosto. Tratava-se provavelmente de «um sujeito» que sofria de insônia e que tinha saído para dar um passeio pela praia. E logo esse «cara» ousava dar instruções sobre como pescar a uma turma de pescadores curtidos no ofício.

Os discípulos divisaram a figura de Jesus, viram seus gestos e ouviram sua voz, mas não o reconheceram. E, contudo, estranhamente, obedecem à ordem dada pelo desconhecido. Obedecem e, imediatamente, acontece o milagre! Tendo lançado a rede uma vez só, ela ficou cheia de peixes. «Não tinham mais força para puxar a rede, por causa da quantidade de peixes» (v.6). Notemos o contraste com o fi-

nal do v. 3: «E naquela noite não pescaram nada». Uma redada só deu mais fruto que as inúmeras redadas feitas durante a noite toda. Neste último sinal do Quarto Evangelho volta a repetir-se a superabundância do primeiro: os mais de seiscentos litros de água convertidos em vinho (2,6), vinho de uma qualidade totalmente nova, mesmo para os experimentados no ofício (2,10). A superabundância da pesca lembra também a multiplicação dos pães (6,11s), a água viva (4,14; 7,37s), a vida em plenitude dada pelo Bom Pastor (10,10), a plenitude do Espírito (3,34).

Quando acolhemos a palavra do Senhor, cumprimos seus mandamentos e seguimos suas orientações, os frutos da missão são sempre superabundantes, mesmo nas circunstâncias mais adversas; aos maiores fracassos seguem frutos e colheitas inimagináveis. A presença do Senhor não dispensa, no entanto, a nossa cooperação. Devemos, sim, lançar as redes obedecendo à palavra do Senhor; mas somos nós que temos de lançá-las. Sem esquecer, porém, o dado sublinhado pelo relato: a rede ficou carregada de peixes, não durante a noite, que é a melhor hora para pescar, mas quando já tinha amanhecido.

### ***Reflexões e questionamentos sobre a missão***

Depois de contemplar a cena, refletimos sobre o seu significado para nós. Ela nos mostra com toda clareza que, sem a presença de Jesus, sem a obediência à sua palavra, sem a comunhão e

a intimidade com ele, não podemos realizar a missão para a qual ele nos chamou. Quantas vezes, ao emprendermos uma missão, trabalhamos, trabalhamos, trabalhamos... Mas o fazemos confiando nas nossas forças, na nossa experiência, nos nossos projetos, nas nossas teorias; trabalhamos sem pensar em Jesus, sem olhar para Jesus, sem ouvir sua palavra. E não conseguimos nenhum fruto, porque como ele próprio disse aos discípulos na noite antes de morrer, só quem permanece unido a Jesus (literalmente: "em Jesus"), "produz muito fruto". E, pelo contrário, sem Jesus (literalmente: "à margem de Jesus"), "nada podemos fazer" (Jo 15,15). Dito positivamente: só a presença de Jesus, a relação pessoal com ele, a escuta das suas palavras e a obediência a elas podem orientar e tornar fecunda nossa missão.

O Ressuscitado continua acompanhando nosso trabalho e manifestando-se a nós como se manifestou aos discípulos na beira do lago. Ainda que não notemos sua presença, ainda que não o reconheçamos, ele está sempre perto de nós, numa atitude atenta, ativa e amiga, preparando a refeição para celebrar juntos a alegria pelos frutos colhidos pela obediência à sua palavra. Como os sete discípulos, também nós, se acolhermos sua palavra, conheceremos o lugar certo da missão, sabermos quando e onde lançar as redes e colheremos assim frutos mais abundantes que tudo o que poderíamos imaginar. O milagre será tão grande que não teremos braços para carregar tantos dons.

### 3. As reações dos discípulos ao reconhecimento do Senhor

<sup>7</sup>Aquele discípulo que Jesus amava disse, então, a Pedro: «É o Senhor!» Simão Pedro, ouvindo dizer: «É o Senhor!», vestiu sua roupa – porque estava nu – e atirou-se ao mar. <sup>8</sup>Os outros discípulos vieram no barco – porque não estavam longe da terra, mas à distância de uns cem metros – arrastando a rede com os peixes.

Como tinha acontecido quando o Senhor se manifestou à Maria Madalena (Jo 20,1-2.11-18) e aos dois discípulos de Emaús (Lc 24,13-35), o seu reconhecimento na beira do lago foi também progressivo. Há sempre um itinerário a ser percorrido pelos discípulos antes de reconhecê-lo. Os passos e a duração do itinerário, assim como as reações dos discípulos ao reconhecimento de Jesus, serão diferentes segundo o temperamento, a personalidade e a história do discípulo que se encontra com ele.

Com demasiada freqüência esquecemos esse dado fundamental, sucumbindo à tentação do nivelamento despersonalizante. O experiente Inácio de Loyola dizia que não há pior erro na vida espiritual que o de querer conduzir os outros pelo mesmo caminho da gente. A riqueza de uma comunidade está na pluralidade e diversidade dos itinerários, das histórias e dos carismas dos seus membros.

#### *A reação do «discípulo que Jesus amava»*

Maria Madalena reconheceu Jesus pela voz, ao ouvi-lo pronunciar seu

nome (20,14). Os discípulos de Emaús o reconheceram na fração do pão (Lc 24,16). Na aparição às margens do lago, quem primeiro reconhece «o Senhor» no desconhecido que está de pé na praia é «o discípulo que Jesus amava». Reconhece-o pelas suas palavras e pelo fruto da obediência dos discípulos a elas: a pesca superabundante. Diante desse sinal, o reconhecimento é imediato e indubitável: «É o Senhor!». “Senhor” (*Kýrios*), usado também nos vv. 18, 25 e 28, é o título cristológico por excelência dado ao Ressuscitado na Igreja primitiva (cf. Rm 10,9). O Discípulo Amado diz: “É Jesus que ressuscitou!”.

Quando sabemos que somos amados pelo Senhor e amamos o Senhor, descobrimos imediatamente sua presença. Ela é descoberta ouvindo sua voz e sabendo discernir, nos acontecimentos aparentemente mais insignificantes, os sinais de sua presença. Se amarmos o Senhor como o Discípulo Amado, o amor nos manterá sempre atentos a esses sinais e nos fará reconhecê-lo quando ele vier ao nosso encontro.

Tradicionalmente esta passagem foi vista como um exemplo da fecundidade apostólica da virgindade. Os olhos de quem ama com um coração puro e indiviso são os primeiros a ver; e são também os que vêm mais claro, mais longe e mais fundo. O olhar desses olhos e desse coração não se engana. O Discípulo Amado reconhece o Mestre de longe e não faz mais nada, simplesmente permanece na contemplação do Amado. Não guarda, porém, só

para si a descoberta feita, mas comunica-a a Pedro. A comunicação aos outros da graça do conhecimento do Senhor que nos foi concedida é uma das formas mais fecundas de realizar a missão de anunciá-lo. Poderíamos dizer que essa comunicação tem uma eficácia sacramental, porque desperta nos seus receptores, como despertou em Pedro, novos gestos de amor e de entrega.

### *A reação de Pedro*

Ao reconhecer o Senhor, Pedro reage com a impetuosidade que o caracteriza. Não se contenta com ver e crer; precisa agir. Porque estava vestido só com a roupa de trabalho (uma espécie de calção, pois a nudez total não era aceita na cultura judia da Palestina da época), pôs por cima (literalmente: amarrou ao redor de si) a peça de roupa externa e lançou-se ao mar para ir ao encontro do Senhor. Na linguagem simbólica do Quarto Evangelho, a expressão «amarrou a roupa de cima à cintura» pode ser entendida como uma evocação da cena do lava-pés (cf. 13,4-5), quando Jesus tirou o manto, atou uma toalha à cintura e lavou os pés dos discípulos como «o Servo sofredor».

Contemplemos a cena. Pedro nada o mais depressa que pode em direção a Jesus. Sem desviar dele o olhar nem um milímetro, sem deixar de olhá-lo nem por um segundo, vai ao encontro do mesmo Jesus que no dia inesquecível em que os dois se encontraram pela primeira vez fixou nele o olhar e lhe disse: «Tu és Simão, filho

de João; doravante chamar-te-ás Cefas» (Jo 1,42). Aquele olhar e aquelas palavras de Jesus mudaram radicalmente o destino de sua vida. Pedro vai também ao encontro do mesmo Jesus que, na noite em que foi preso, estando no pátio da casa do Sumo Sacerdote, "voltando-se, fixou o olhar nele" (Lc 22,61), que o tinha negado três vezes. Depois daquele olhar, Pedro, «saindo para fora, chorou amargamente» (Lc 22,62).

Com esse pano de fundo, contemplemos agora a cena do encontro dos dois na praia. Ofegante, com o coração batendo a ponto de estourar, com as roupas deitando água, diante do Senhor, Pedro desamarra a túnica e a veste. Pros-trou-se depois por terra como o fizera depois da pesca milagrosa narrada por Lucas (Lc 5,8). Ficou em silêncio olhando para o Senhor ressuscitado? Não sabemos. Conhecendo sua personalidade e sua história, podemos imaginar a cena dessa maneira ou de outra.

### ***A reação dos outros discípulos***

Os outros discípulos se aproximam de Jesus ao ritmo das batidas dos remos, puxando a rede carregada de peixes. Sem grandes visões nem grandes arroubos, também eles vão ao encontro do Senhor; mas sem deixar de fazer os trabalhos necessários: remar e puxar a rede com a preciosa carga. Contemplemos seus olhares concentrados em Jesus, cada vez mais próximo; ouçamos as batidas dos seus corações cada vez mais fortes e a respiração cada vez mais ofegante. Nenhum deles rompe o silêncio carregado de mistério e habitado pela

alegria da presença do Senhor e da comunhão com ele.

Depois de descerem do barco, continuam olhando para o Senhor. Transbordam felicidade, mas não dizem uma só palavra para não se distrair do essencial: a comunhão com o Senhor ressuscitado. Jesus, por sua vez, acolhe-os com os gestos de atenção e de bondade de sempre, com um sorriso e uma palavra pessoal dirigida a cada um. Participemos da cena olhando também nós o Senhor e sentindo-nos olhados por ele.

### ***Refletir sobre a diversidade de talentos, dons e carismas na Igreja***

Depois de contemplar a diversidade de reações dos discípulos ao reconhecimento do Senhor, refletamos sobre nós mesmos. Na Igreja, simbolizada pela barca de Pedro, há muitos dons e carismas, muitos talentos e muitas formas de serviço; todos eles importantes e necessários para a edificação da Igreja. São importantes e necessários os visionários e contemplativos como o Discípulo Amado, que vê de longe e, sem mover-se do lugar onde está, comunica aos outros o que vê. São importantes e necessários os apaixonados e impetuosos como Pedro, o qual, ao reconhecer, graças ao olhar de seu companheiro, a presença de Jesus, larga tudo: redes, remos, barco e peixes, e lança-se ao mar para ir ao encontro do Senhor. Na mesma Igreja, não são menos importantes e necessários os que remam e puxam as redes carregadas de peixes, os que fazem os trabalhos monótonos e pe-

sados, mas imprescindíveis para a missão. Se nos mares, nas vinhas, nas lavouras do Senhor; se nas comunidades eclesiais e nas comunidades de Vida Consagrada não existissem os que levam adiante dia a dia, passo a passo, remada trás remada, a obra começada, não produziriam frutos nem as missões da Igreja nem os carismas da Vida Religiosa.

Reflitamos mais concretamente sobre nós mesmos perguntando-nos como reagimos aos sinais da presença do Senhor. Quais são as palavras, os gestos, os apelos do Senhor que mais nos atraem? O que fazemos como conseqüência dessa atração? Pomos a serviço da comunidade e da missão os talentos e os dons recebidos? Respondamos a estas perguntas, e a outras que porventura surgirem em nós, dialogando com o Senhor.

#### **4. Igreja e Eucaristia, comunhão e missão**

<sup>9</sup>Quando saltaram em terra, viram brasas acesas, tendo por cima peixe e pão. <sup>10</sup>Jesus lhes disse: «Trazei alguns dos peixes que apanhastes.» <sup>11</sup>Simão Pedro subiu, então, ao barco e arrastou a rede para a terra cheia de cento e cinqüenta e três peixes grandes; e apesar de serem tantos, a rede não se rompeu. <sup>12</sup>Disse-lhes Jesus: «Vinde comer!» Nenhum dos discípulos ousava perguntar-lhe: «Quem és tu?» porque sabiam que era o Senhor. <sup>13</sup>Jesus aproxima-se, toma o pão e o distribui entre eles: e faz o mesmo com o peixe. <sup>14</sup>Foi esta a terceira vez que Jesus se manifestou aos discípulos, depois de ressuscitado dos mortos.

#### **A Eucaristia, sacramento da comunhão com o Senhor**

Os discípulos chegam à praia e descem do barco em silêncio, mas o brilho de seus olhares, fixos em Jesus, revela a felicidade que os habita. O primeiro que vêem, ao desembarcar, é a refeição preparada para eles por Jesus. O Ressuscitado continua sendo o Jesus que veio não para ser servido, mas para servir. O mesmo Jesus que tratou sempre os seus discípulos não como servos, mas como amigos, preparou para eles uma refeição de pescadores. As mesmas mãos que tinham lavado os pés dos discípulos no início da última ceia e depois distribuíram o pão e o vinho, agora, glorificadas, cataram a lenha e acenderam o fogo, assaram os peixes e prepararam os pães. O Senhor ressuscitado pede, porém, a colaboração dos amigos dizendo-lhes que tragam alguns dos peixes que acabaram de pescar para acrescentá-los aos que ele tinha preparado. O desjejum dos oito é comida de pescadores, comida do povo simples de então: pão e peixe assado na brasa. Mas o desjejum de pobres, preparado pelas mãos do Verbo feito carne, agora ressuscitado, tem gosto divino.

O pão, o peixe, os outros símbolos e toda a atmosfera da cena são claramente eucarísticos. A comunhão dos discípulos com o Senhor, que tinha sido rompida pela morte, foi restabelecida pelo Vivente que venceu a morte. *Piscis assus, Christus passus*. «O peixe assado é o Cristo que padeceu a paixão», comenta Santo Agostinho. O mesmo Jesus que foi queimado no fogo

da Paixão, agora, ressuscitado, convidou os discípulos, reunidos ao redor dele, a comer do peixe e do pão preparados por ele.

Os verbos usados pelo Ressuscitado nos versículos 12 e 13 são todos verbos de ação e de movimento, estão no presente e descrevem sua relação com os discípulos. Jesus repete os mesmos gestos ao aproximar-se de cada um deles para lhes dar o pão e o peixe. Os discípulos deixam que o Senhor os sirva porque essa é, nesse momento, a maneira de se deixarem amar. Ao descrever a cena com todo esse simbolismo, o redator quis certamente evocar a celebração eucarística das comunidades cristãs, na qual o Senhor se torna presente no meio dos seus discípulos e é conhecido por eles (cf. Lc 24, 30-31).

A presença de Jesus é tão evidente que ninguém precisa perguntar: «Quem és tu?». Com seu silêncio confessam que ele é o Senhor. A presença do Ressuscitado não é “demonstrada”, mas é experimentada. Santo Agostinho comenta a cena dizendo: Se sabiam que era o Senhor, “que necessidade tinham de perguntar?” E explica assim a expressão “não se atreviam”: “Tanta era a evidência da verdade com que Jesus aparecia àqueles discípulos, que nenhum deles se atrevia, não digo já a negar, mas nem sequer a duvidar (...). Ninguém se atrevia a duvidar de que era ele”.

A atmosfera da cena está, porém, perpassada por uma certa tensão entre a comunhão e a familiaridade com Jesus e a alegria de estar com ele, por

um lado, e um certo temor reverencial diante da sua nova forma de existência, por outro lado. Detenhamo-nos também na contemplação dessa cena e ouçamos o silêncio sagrado que a perpassa e envolve. A paz, a alegria silenciosa, os olhares, a respiração e todos os outros gestos dos discípulos expressam sua comunhão com o Ressuscitado.

Depois de ter contemplado longamente a cena, perguntemo-nos como acolhemos as palavras de Jesus: «Vinde comer!» «Tomai e comei!» «Fazei isto em memória de mim!» Podemos imaginar algum dos sete discípulos rejeitando o convite de Jesus para a refeição preparada por ele? Pois é isso o que nós fazemos, quaisquer que sejam as «justificações», quando, podendo fazê-lo, deixamos de participar da Eucaristia. Perguntemo-nos também como nos preparamos para celebrá-la e que lugar ocupam na nossa celebração o silêncio, a adoração, a intimidade com o Senhor. Perguntemo-nos ainda quanto tempo «gastamos», «perdemos», na presença de Jesus sacramentado; e o que fazemos para aprofundar nosso conhecimento do mistério da Eucaristia e para que outros cristãos também o conheçam e vivam mais profundamente.

### ***Igreja, Eucaristia e Missão***

Como vimos no ponto 2, a presença de Jesus e a obediência à sua palavra são imprescindíveis para que o trabalho da missão produza frutos. E os frutos da missão são, em última análise, a comunhão com Deus e a fra-

ternidade. Por ser o sacramento da comunhão com Deus e com os irmãos, a Eucaristia é apresentada no fim do relato como o momento culminante da missão. Ao trabalho missionário segue o tempo da intimidade com o Senhor ao redor da mesa eucarística, presidida pelo Ressuscitado. Ele é quem convida e quem parte e reparte o pão. E depois de manifestar-se aos discípulos, é ele quem lhes dá o dom da alegria e da paz e quem os envia para a missão. A Igreja que é missionária é a mesma Igreja que é eucarística. A missão no mar do mundo e a comunhão ao redor da mesa eucarística são duas dimensões constitutivas da Igreja. Uma não pode existir sem a outra.

Reunida por Cristo, ao celebrar a Eucaristia a Igreja torna-se mais profundamente o que ela já é: comunidade dos discípulos de Cristo, enviada sempre de novo por ele para levar adiante sua missão no mundo. As palavras finais da missa em latim: *Ite, missa est*, poderiam ser traduzidas assim: "Terminada a missa, começa a missão". A autodoação de Cristo no memorial de sua morte e ressurreição alimenta e fortalece seus discípulos para que também eles se doem aos outros. Todo verdadeiro encontro com o Senhor prolonga-se, de uma ou de outra forma, na missão; e a finalidade da missão é, em última instância, a comunhão eterna de todos os homens com Deus. O Concílio Vaticano II enfatizou esse lugar central da Eucaristia na vida cristã afirmando repetidas vezes que ela é a «fonte», o

«centro» e o «ápice» de toda a vida cristã.

A relação entre Igreja, comunhão e missão é particularmente enfatizada pelos dois símbolos do v. 11: o número de peixes pescados e a rede que não se rompeu. Nos Evangelhos Sinóticos, o Reino de Deus é comparado à rede que é lançada ao mar e apanha todos os tipos de peixes (Mt 13,47-50). Segundo Lucas, os primeiros discípulos foram chamados por Jesus, deixaram tudo e o seguiram para serem pescadores de homens (Lc 5,1-11). O relato da pesca milagrosa do Evangelho de João tem, como vimos, um claro sentido eclesiológico e missionário. A universalidade da missão é sublinhada no v. 11: os discípulos, obedecendo à palavra de Cristo ressuscitado, fazem o milagre de reunir os homens de todas as nações (os 153 peixes) numa só Igreja (numa mesma rede). E, apesar de serem tantos e tão diversos, a unidade da Igreja é conservada.

Seja qual for a explicação sobre o significado simbólico do número 153, o que o evangelista quer sublinhar é que, apesar de os peixes serem tantos, tão diversos e tão grandes, «a rede não se rompeu». O significado eclesiológico do símbolo é que, não obstante a quantidade e a variedade dos povos, raças, tribos e línguas que formam a Igreja, não obstante serem tantas e tão diversas as comunidades eclesiais, a unidade da Igreja não é rompida.

O verbo usado aqui (*schitsein*, de onde vem a palavra «cisma») é o mesmo usado em 19,24 para dizer que a

túnica de Jesus, que era sem costura de alto a baixo, não foi rasgada pelos soldados depois da crucifixão (o verbo só é usado nesses dois lugares em todo o Quarto Evangelho). As rupturas da Igreja pelos cismas, comentadas reiteradamente por Santo Agostinho, foram inúmeras ao longo da história. Mesmo sendo terrivelmente dolorosas e inaceitáveis, elas são inevitáveis porque a Igreja está composta também de pecadores, porque ela é, segundo a expressão da Oração Eucarística V, "Povo santo e pecador". Apesar de todas as divisões e cismas, a Igreja conservará, por causa da pre-

sença do Senhor ressuscitado nela, sua unidade essencial até o fim da história.

Antes de encerrar a contemplação orante do texto, perguntemo-nos em que medida somos, com nossas palavras e com nossa conduta, instrumentos de união ou de divisão da Igreja local na qual trabalhamos, da Ordem ou Congregação à qual pertencemos e da pequena comunidade na qual vivemos.

---

Álvaro Barreiro - Teólogo, Professor no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus.

Endereço do autor:

Caixa Postal: 5047

31611-970 - Belo Horizonte - MG

**QUESTÕES PARA  
AJUDAR A LEITURA  
INDIVIDUAL OU  
O DEBATE EM  
COMUNIDADE**

- 1- Procure partilhar em comunidade os sentimentos que a leitura orante do texto suscitou em você.
- 2- Como as três dimensões da vida consagrada - experiência de Deus, comunidade e missão - se iluminam a partir do relato de João 21,1-4?
- 3- Na sua apreciação, qual a mensagem mais questionadora que o Ressuscitado deixa à comunidade dos seus seguidores?

**“Até Jesus se manifestar,  
estamos nas trevas, desorientados,  
perdidos; quando ele se manifesta,  
ilumina a escuridão e torna  
fecundo nosso trabalho.”**



CRB

## Marcos Indicadores

IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO  
Nº 050200140-2/2002

ECT/DR/RJ  
CRB

Há uma esperança para o teu futuro!  
Há setas indicando o caminho... *Jr 31, 17.21*  
por isso, finca bem as estacas, desdobra a lona,  
estica as cordas, amplia o espaço... *Is 54, 2*

---

Neste horizonte de esperança, a CRB se compromete a animar e assessorar o processo de refundação da Vida Religiosa, sinalizando o caminho através desses marcos:

1. Espiritualidade integradora como experiência de itinerância, vivida na dinâmica pascal.
2. Opção preferencial, audaciosa e atualizada, pelos empobrecidos e excluídos.
3. Comunidade, antídoto contra o individualismo, espaço de irmandade, crescimento, disciplinado, solidariedade.
4. Formação para ser presença profética na realidade, comprometer-se e deixar-se evangelizar.
5. Abertura às interpelações das novas gerações em sua diversidade cultural.
6. Novas relações de gênero e etnia tecidas no respeito e valorização do diferente.
7. Intercongregacionalidade, trabalho em rede e parcerias com leigos e diversos organismos em vista da solidariedade.
8. Análise institucional a partir do carisma e em vista da pessoa e da missão.
9. Apoio a novas formas de consagração e de pertença aos carismas.
10. Dinamização e operacionalização do Projeto da CLAR "Pelo Caminho de Emaús".
11. Resposta generosa e presença inculturada na missão além-fronteira.

A nós, irmãs e irmãos de todo o Brasil, cabe a responsabilidade de transformar em vida profética e missionária o que o Espírito nos propõe neste momento. Nesta esperança, sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, avançamos para o futuro.

(*Texto final aprovado pela XIX Assembléia Geral Ordinária da CRB, celebrada em São Paulo, de 09 a 13 de julho de 2001.*)

---